

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO  
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

PABLO DE OLIVEIRA PEREIRA

**UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A GESTÃO DOS ESTÁGIOS OBRIGATÓRIOS EM  
LICENCIATURA NOS CURSOS DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, LETRAS E  
MATEMÁTICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)**

JUIZ DE FORA

2017

PABLO DE OLIVEIRA PEREIRA

**UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A GESTÃO DOS ESTÁGIOS OBRIGATÓRIOS EM  
LICENCIATURA NOS CURSOS DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, LETRAS E  
MATEMÁTICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Júnior

JUIZ DE FORA

2017

PABLO DE OLIVEIRA PEREIRA

**UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A GESTÃO DOS ESTÁGIOS OBRIGATÓRIOS EM  
LICENCIATURA NOS CURSOS DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, LETRAS E  
MATEMÁTICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em:

---

Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior (Orientador)  
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

---

Prof. Dr. Marcos Tanure Sanábio  
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

---

Prof. Dr. Carlos Mathias Motta

Dedico este trabalho ao Estado Brasileiro, que me proporcionou a possibilidade de aperfeiçoar meus conhecimentos, visando uma melhora do serviço público.

## AGRADECIMENTOS

Em um momento tão difícil para o país, não poderia iniciar meus agradecimentos repetindo chavões, exaltando ideais platônicos e apenas a minha capacidade de lidar com os problemas que encontrei durante minha pesquisa.

Agradeço, em primeiro lugar, ao Estado Brasileiro, que através da Universidade Federal de Juiz de Fora e o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, me proporcionou a possibilidade de realizar um mestrado, visando ao aperfeiçoamento do meu trabalho, para devolver à sociedade todo o investimento depositado em mim na condição de servidor público da União.

A partir disso, sinto-me no direito de agradecer meus pais: Maria das Dores de Oliveira Pereira e João Batista Pereira, além da minha irmã, Bruna de Oliveira Pereira, que souberam conviver com meus momentos de instabilidade durante estes últimos dois anos, minhas noites mal dormidas e meu cansaço nos finais de semana.

Também agradeço ao meu Primo Christiano, que é uma espécie de meu *consegliere*, embora ele não perceba valor monetário por isso. Sempre que sinto a necessidade de enxergar uma determinada situação por outro ângulo, recorro a ele, na possibilidade de ter uma análise sóbria da minha realidade.

Agradeço também aos meus colegas de turma. Vou identificar ninguém, se não teria que identificar todos, o que é praticamente impossível neste curto espaço de papel.

Além disso, agradeço aos colegas de trabalho que de certa forma estão incluídos nesta pesquisa e, de algum modo, todos contribuíram para que ela vingasse. Em especial gostaria de agradecer ao colega Otávio, que forneceu todos os dados levantados sobre os estágios em licenciatura no primeiro semestre letivo de 2016, a minha ex-chefe Vilma que com sua inteligência e sobriedade, sempre me aconselhou em relação às dificuldades que tive durante este período e a minha atual chefe, Elaine, que assim como a Vilma, sempre me ajudou, ativamente. Inclusive, muitas vezes, vivemos juntos a experiência de sermos mestrandos.

Por fim, agradeço a minha suporte, Luísa Villardi, e ao meu orientador, Marco Aurélio Kistemann Júnior, que sempre tiveram paciência comigo e, mais do que isso, me orientaram no sentido de fazer um trabalho correto, de modo que sem os quais esta dissertação não existiria nesta data.

## RESUMO

Os estágios obrigatórios são parte fundamental na formação de licenciados, visto que são nessas atividades que os futuros professores têm efetivamente contato com as instituições de ensino que irão ingressar. O presente trabalho irá analisar os processos utilizados para a gestão dos estágios obrigatórios nos cursos de Ciências Biológicas, Letras e Matemática da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A escolha do tema foi pautada em observações feitas no exercício das funções de técnico Administrativo em educação na Coordenação de Estágios da PROGRAD – UFJF, em que pude observar como hipótese de pesquisa uma centralização administrativa das atividades de estágios obrigatórios em licenciatura na Faculdade de Educação da UFJF. Além disso, a escolha dos referidos cursos de graduação foi estratégica, uma vez que visamos compreender como é o funcionamento dos estágios obrigatórios em Licenciatura nas três áreas da ciência na UFJF, a saber, Ciências Humanas, Exatas e da Saúde. Para o desenvolvimento da pesquisa foi verificada a estrutura dada aos estágios obrigatórios em licenciatura, a normatização existente para seu funcionamento, bem como do papel dos órgãos gestores na sua administração. Portanto, diante destes problemas citados, apresentamos, em um primeiro momento, o contexto institucional dos estágios obrigatórios na UFJF, com atenção especial aos estágios em licenciatura, descrevendo todos os dados levantados a partir da investigação de documentos oficiais. Em seguida, analisar o problema de pesquisa. Para isso, apresentar-se-ão alguns conceitos fundamentais e argumentos sobre o assunto, baseando-se em obras de autores, tais como: Max Weber; Zhu Qianwei; Norbert Alter, Júlio Diniz, entre outros. Pretendeu-se também realizar entrevistas com sujeitos institucionais chave neste processo administrativo dos estágios obrigatórios em licenciatura na UFJF. Por fim, foram apresentadas, por meio de um Plano de Ação Educacional (PAE), alternativas para mais eficiente administração de tais estágios, baseadas em alguns dispositivos já presentes na instituição, tais como recursos de tecnologia da informação, em que os formulários de estágio fossem preenchidos por meio do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica da UFJF, visando a melhor gestão de estágios dos cursos de licenciaturas na Universidade Federal de Juiz de Fora.

**Palavras-Chave:** Licenciaturas; Estágios Obrigatórios; Gestão acadêmica.

## ABSTRACT

The obligatory internships are a fundamental part of the training of graduates, because it is in these activities that the future teachers have effectively contact with the educational institutions that will join. The present work will analyze the processes used for the management of compulsory traineeships in the Biological Sciences, Literatures and Mathematics courses of the Federal University of Juiz de Fora (UFJF). The choice of topic was based on observations made in the exercise of the Administrative technician in education in the Coordination of Internships of PROGRAD - UFJF, in which I was able to observe as a research hypothesis an administrative centralization of the activities of compulsory internships in undergraduate courses at the Faculty of Education of UFJF. In addition, the choice of these undergraduate courses was strategic, since we aimed to understand how the compulsory internships in graduation work in the three areas of science in the UFJF, namely, Human Sciences, Exact Sciences and Health Sciences. For the development of the research, the structure given to the compulsory stages in graduation, the existing standardization for its operation, as well as the role of the managing organs in its administration were verified. Therefore, in view of these problems, we will first present the institutional context of the obligatory internships at the UFJF, with special attention to the undergraduate courses, describing all the data gathered from the investigation of official documents. Then analyze the search problem. For this, some fundamental concepts and arguments on the subject will be presented, based on works by authors such as: Max Weber; Zhu Qianwei; Norbert Alter, Júlio Diniz, among others. It is also intended to conduct interviews with key institutional actors in this administrative process of compulsory internships in UFJF. Finally, through an Educational Action Plan (SAP), alternatives for more efficient administration of these stages, based on some devices already present in the institution, such as information technology resources, In which the internship forms were filled out through the Integrated Academic Management System of UFJF, aiming at the management of internships in undergraduate courses at the Federal University of Juiz de Fora.

**Keywords:** Graduation; Obligatory internships; Academic management.

## LISTA DE ABREVIATURAS

COE	Comissão Orientadora de Estágios
CONGRAD	Conselho Setorial de Educação
FACED	Faculdade de Educação
PAE	Plano de Atividades de Estágio
PROGRAD	Pró-reitoria de Graduação
SIGA	Sistema Integrado de Gestão Acadêmica
TCE	Termo de Compromisso de Estágio
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
CGCO	Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional
PPC	Projeto Pedagógico Curricular
TAE	Técnico Administrativo em Educação
PROGEPE	Pró-reitoria de Gestão de Pessoas
SEEMG	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
PJF	Prefeitura de Juiz de Fora

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Números Gerais de matrículas e documentos de licenciatura apresentados em 2016/1 .....	25
Gráfico 2 - Gráfico 02 - Número de Ocorrências de Pendência contabilizadas pela Coordenação de Estágios/PROGRAD em 2016/1 .....	26
Gráfico 3 - Números e tipos de Ocorrências de Pendências nos relatórios de estágio obrigatório. Fonte: .....	27
Gráfico 4 - Número de Documentos pendentes nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Letras e Matemática no semestre 2016/1 .....	29
Gráfico 5 - Número de pendências na disciplina EDU 226 – ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO DE BIOLOGIA II no semestre 2016/1 .....	29
Gráfico 6 - Número de pendências na disciplina MTE 188 ESTÁGIO SUPERVISIONADO I .....	31
Gráfico 7 - Número de pendências na disciplina EDU 169 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENSINO DE MATEMÁTICA II.....	31
Gráfico 8 - Número de pendências na disciplina EDU 195 (ESTÁGIO SUPERVISIONADO I - ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA).....	32
Gráfico 9 - Número de pendências na disciplina EDU 196-ESTÁGIO SUPERVISIONADO II - ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	33

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sujeitos da Pesquisa.....	47
Quadro 2 - Problemas e Propostas.....	72
Quadro 3 - Primeira proposta de intervenção.....	76
Quadro 4- Segunda proposta de intervenção.....	77
Quadro 5 - Terceira proposta de intervenção.....	79
Quadro 6 - Quarta proposta de intervenção.....	81

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de Documentos pendentes nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Letras e Matemática no semestre 2016/1 .....	28
Tabela 2 - Número de homologações de documentos de estágio entre os períodos de 2014/1 e 2015/3 .....	79

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>1 A REALIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS OBRIGATÓRIOS EM LICENCIATURA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA: DESCRIÇÃO SOB UM ASPECTO NORMATIVO E ADAPTAÇÃO INSTITUCIONAL EM UM RECORTE TEMPORAL</b> .....	<b>18</b>
1.1 Contexto nacional da legislação dos estágios no Brasil.....	18
1.2 Contexto institucional dos estágios obrigatórios na Universidade Federal De Juiz De Fora .....	23
1.2.1 Estágio na UFJF: Uma retrospectiva (2007 – 2017) .....	35
1.2.2 Um Histórico sobre o Departamento de Educação da UFJF.....	38
<b>2 ANÁLISE DO CASO DE GESTÃO: RECONHECIMENTO DOS TRÂMITES BUROCRÁTICOS EM ESTÁGIOS EM LICENCIATURA E APONTAMENTOS PARA UM PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL</b> .....	<b>41</b>
2.1 Metodologia de pesquisa.....	42
2.2 Centralização dos estágios obrigatórios em licenciatura na FAGED: uma hipótese refutável.....	48
2.3 As dificuldades burocráticas quanto aos documentos de estágios obrigatórios em licenciatura .....	54
2.4 Processo de informatização dos formulários de estágio: um objetivo institucional .....	67
<b>3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL</b> .....	<b>71</b>
3.1 Workshop e vídeo-tutorial sobre o preenchimento dos formulários de estágio.....	75
3.2 Solicitação de mais um servidor para a coordenação de estágio/prograd.	79
3.3 Informatização dos formulários de estágio .....	80
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>83</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>85</b>
<b>APÊNDICE A</b> .....	<b>88</b>
<b>ANEXO A</b> .....	<b>91</b>
<b>ANEXO B</b> .....	<b>92</b>

## INTRODUÇÃO

Os estágios obrigatórios são parte fundamental na formação de licenciados, visto que são nessas atividades que os futuros professores têm efetivamente contato com as instituições de ensino que irão ingressar. Pretende-se, neste trabalho, analisar, sob a ótica da gestão acadêmica da Universidade Federal de Juiz de Fora, os estágios obrigatórios em licenciatura dos cursos de Ciências Biológicas, Letras e Matemática da referida instituição, expondo suas principais características, limitações e possíveis potencialidades.

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante. O estágio integra o itinerário formativo do educando e faz parte do projeto pedagógico dos cursos. Neste sentido, além de pré-requisito para formação na maioria dos cursos de graduação, o estágio é uma etapa importante no processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno, uma vez que promove oportunidades de vivenciar na prática conteúdos acadêmicos, propiciando desta forma, a aquisição de conhecimentos e atitudes relacionadas com a profissão escolhida pelo estagiário. Além disso, as atividades de estágio permitem trocas de experiências entre profissionais e estudantes, bem como um intercâmbio de novas ideias, conceitos, planos e estratégias. Sendo assim, a realização do estágio alia conhecimento acadêmico com a experiência vivencial do ambiente de trabalho, pois elucida e complementa na prática os temas abordados nas aulas teóricas. Desta forma, o aluno pode vivenciar melhor o conhecimento sobre a profissão escolhida, através da experiência galgada durante as atividades de estágio.

No âmbito das licenciaturas em geral, identificamos um problema em relação aos estágios Obrigatórios na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), uma vez que as atividades destes estágios estão centralizadas na Faculdade de Educação (FACED). Tal prática cria uma concentração de trabalho para um setor administrativo com uma estrutura pequena, em proporção à quantidade de trabalho. Além disso, conta apenas com um presidente da Comissão Organizadora de Estágios (COE), único responsável por analisar e, conseqüentemente, deferir ou indeferir o Plano de Atividades de Estágio (PAE), documento em que consta uma

descrição de atividades que possuem um caráter muito específico do ponto de vista pedagógico. A questão relatada gera um problema na Coordenação de Estágios da Pró-reitoria de Graduação, setor onde atuo profissionalmente. Trata-se um número muito alto de pendências que atrapalha não só a realização do estágio por parte dos discentes, mas também o andamento da demanda da Coordenação de Estágios, que tem nessas pendências uma necessidade de “re-trabalho”, visto que todas as vezes que um aluno comparece à referida coordenação para acerto de sua documentação de estágio, é necessária uma re-análise dos documentos, a fim de verificar se todas as pendências foram sanadas para eventual homologação dos documentos.

Portanto, diante desse contexto, podemos indagar se essa centralização das atividades de estágios obrigatórios em Licenciaturas na UFJF é eficiente para atender a comunidade acadêmica da instituição?

O formato que permite a constituição da Comissão Orientadora de Estágios da FACED é regulamentado pela Resolução nº001 (FACED, 2011) que dispõe sobre vários aspectos, a saber: como se concebe um estágio curricular; o que se espera dos sujeitos envolvidos na realização dos estágios, tanto na UFJF, quanto na concedente, que é a escola que oferece o estágio e algumas explicações sobre o trâmite da documentação de estágio. Tal resolução traz, ainda, uma informação importante sobre o acompanhamento dos estagiários. De acordo com o artigo 8º de tal resolução, a orientação do estágio deverá ser realizada pelo próprio professor da disciplina do estágio na UFJF, apresentando procedimentos e suportes teórico-metodológicos e pedagógicos aos alunos como ferramentas para realização do estágio, bem como o efetivo e sistemático acompanhamento das atividades realizadas pelos docentes, a fim de verificar se os objetivos traçados no plano de estágio estão sendo cumpridos.

Tal resolução esclarece que há uma tentativa de descentralização ao indicar os professores que irão se responsabilizar por realizar e acompanhar o estágio curricular dos discentes. Entretanto, tal prática ainda depende do deferimento do presidente da COE da FACED, que é um procedimento anterior e cabe apenas ao presidente desta comissão deferir os planos de atividade de estágio. Isso nos leva a inferir, também, que aquela prática vai de encontro ao estabelecido no art. 3º parágrafo 1º da resolução nº 115/2014 do Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD), que diz que no caso das Licenciaturas, em que o estágio obrigatório

se vincule às disciplinas do Departamento de Educação, da Faculdade de Educação, a organização didática pedagógica do estágio obrigatório é de responsabilidade da COE da Faculdade de Educação.

O presente trabalho possui, como objetivo geral, compreender os trâmites burocráticos dos estágios obrigatórios em três cursos de Licenciaturas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a fim de compreender, no âmbito das licenciaturas, que possuem muitas particularidades do ponto de vista da gestão acadêmica, como o trâmite dos documentos de estágio interfere na rotina da Coordenação de Estágios/PROGRAD, setor onde atuo profissionalmente como assistente em administração. Em outras palavras, tal estudo implicará a análise do trâmite dos documentos de estágios obrigatórios oferecidos nas licenciaturas da referida instituição de ensino, em um recorte de três cursos, que poderá servir de evidência para compreender as maiores dificuldades no preenchimento de documentos de estágio obrigatório por parte dos alunos de licenciatura e número de pendências geradas a partir dessas dificuldades.

Para isso, iremos, ainda, analisar, através de instrumentos teóricos e legais, como se dá o funcionamento no campo administrativo daquela instituição no que diz respeito aos estágios obrigatórios e sua relação com a lei 11.778 de 2008, a lei dos estágios, que compreende este como uma atividade educativa desenvolvida no ambiente do trabalho, visando à preparação dos estudantes para a vida profissional.

Interessa-nos, aqui, restringir a análise dos estágios aos cursos de Licenciaturas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), uma vez que a temática do estágio impacta diretamente a educação básica, bem como a formação de professores e a atuação destes profissionais no período em que ingressam nas instituições de ensino para atuarem como docentes. Além disso, o tema tratado nesta dissertação está relacionado diretamente à atuação profissional do mestrando, que é licenciado em Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mas que atua como assistente em administração na Coordenação de Estágios da Pró-reitoria de Graduação da mesma instituição.

Restringiremos a análise aos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Matemática e Letras (Português) da UFJF. A escolha destes três cursos possibilita traçar um panorama de como são tratadas as licenciaturas sob os três pontos de vista da ciência na universidade, seja nas ciências humanas, Ciências biológicas e

exatas, no que toca à organização da atividade de estágio, que atende a diferentes critérios e normas em cada um dos três cursos de graduação. Além disso, de acordo com Gatti (2010), trata-se das graduações que “formam docentes para as disciplinas com maior carga horária na educação básica”. (GATTI, 2010, p. 02)

Neste contexto, o cenário ideal seria a implantação de uma política de descentralização, fazendo com que cada curso de licenciatura constitua sua própria Comissão Orientadora de Estágio (COE), visto que trato como hipótese para o problema a centralização das atividades de estágios na Comissão Orientadora de Estágios da Faculdade de Educação, que reflete no meu ambiente de trabalho, a Coordenação de Estágios da Pró-reitoria de Graduação da UFJF. No entanto, ao longo do trabalho, iremos desdobrar o problema de modo a entender melhor a identidade da instituição, para que outras soluções possam ser propostas dentro dessa realidade.

Uma COE é uma comissão que possui a atribuição de programar, supervisionar e avaliar os estágios. Portanto, a descentralização da COE dos cursos de licenciatura da FACED, acima mencionados, na UFJF seria medida que poderia aperfeiçoar as práticas de estágio por parte dos alunos da UFJF, fazendo com que a universidade adote uma política de descentralização no que se refere aos estágios de licenciatura, a fim de beneficiar alunos, professores, coordenadores e o corpo técnico que lida diretamente com estágios. Tal medida poderia até mesmo favorecer o acompanhamento pedagógico das atividades de estágio. No entanto, ao nos debruçarmos sobre o tema das licenciaturas na Universidade Federal de Juiz de Fora, percebemos que há indícios de um problema estrutural no que diz respeito à gestão acadêmica. Tal assunto será posteriormente discutido e amadurecido neste trabalho, com o objetivo final de elaborar um plano de ação para o enfrentamento de tal problema.

Portanto, diante deste problema apresentado, iremos, no primeiro capítulo, apresentar o caso de gestão, descrevendo todos os dados levantados a partir da investigação dos documentos oficiais. Em seguida, analisar o problema de pesquisa. Para isso, apresentar-se-ão alguns conceitos fundamentais sobre o assunto, baseando-se em obras de autores de relevância. Além disso, é necessário explicitar os passos metodológicos sobre a forma de obtenção dos dados e a análise realizada a partir deles. Por fim, pretende-se propor, por meio de um Plano de Ação Educacional (PAE), alternativas para reflexão a respeito do tema, considerando a

estrutura dada à licenciatura na UFJF, e em termos práticos pensar uma possível evolução para a gestão dos estágios nos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Juiz de Fora.

# **1 A REALIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS OBRIGATÓRIOS EM LICENCIATURA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA: DESCRIÇÃO SOB UM ASPECTO NORMATIVO E ADAPTAÇÃO INSTITUCIONAL EM UM RECORTE TEMPORAL**

Este capítulo tem o objetivo de apresentar o caso de gestão, descrevendo a realização dos estágios obrigatórios e, em parte, os não obrigatórios, a fim de compreender tanto a legislação anterior, quanto a atual lei de estágios. A partir deste contexto mais amplo, iremos passar à descrição da situação institucional da Universidade Federal de Juiz de Fora, com a finalidade de compreender como as modificações na legislação nacional afetaram o funcionamento institucional dos estágios.

Além disso, no desenvolvimento do capítulo será apresentada a estrutura da Coordenação de Estágios da Pró-reitoria de Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora, bem como o funcionamento da Comissão Orientadora de Estágio da Faculdade de Educação da mesma instituição. Em seguida serão expostos dados de investigação de documentos oficiais da UFJF e, posteriormente, informações obtidas em levantamento de dados realizados pela Coordenação de Estágios da Pró-reitoria de Graduação na Universidade Federal de Juiz de Fora no primeiro semestre letivo da instituição, relativo ao calendário do ano de 2016.

## **1.1 Contexto nacional da legislação dos estágios no Brasil**

Até o ano de 2008, a lei que regulamentava as atividades de estágio era a nº 6.494 (BRASIL, 1977), de 07 de dezembro de 1977, que dispunha sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º grau e supletivo, nos limites que especifica e dá outras providências. Em 25 de setembro de 2008, foi promulgada a Lei nº 11.788 (BRASIL, 2008) (publicada no DOU de 26 de setembro de 2008), a nova lei do estagiário, prevendo uma série de mudanças e novos direitos para esta categoria especial de estudantes.

Na legislação anterior de estágios (BRASIL, 1977), encontramos no artigo 1º a seguinte descrição:

Art. 1º As Pessoas Jurídicas de Direito Privado, os Órgãos da Administração Pública e as Instituições de Ensino podem aceitar, como estagiários, alunos regularmente matriculados e que venham freqüentando, efetivamente, cursos vinculados à estrutura do ensino público e particular, nos níveis superior, profissionalizante de 2º Grau e supletivo.

§ 1º O estágio somente poderá verificar-se em unidades que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação, devendo, o estudante, para esse fim, estar em condições de estagiar, segundo disposto na regulamentação da presente Lei.

§ 2º Os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem a serem planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano. (BRASIL, 1977, p. 01).

Percebemos nesta lei de 1977 uma preocupação focada no caráter pedagógico do estágio. Dentre as principais inovações em relação à legislação anterior de estágios, a Lei 11.788/08 (BRASIL, 2008) faz distinção entre dois tipos de estágios: o obrigatório e o não-obrigatório. O primeiro é o exigido como carga horária obrigatória, de acordo com a grade curricular do respectivo curso do estagiário, como requisito obrigatório para a conclusão do mesmo. Já o estágio não-obrigatório não está previsto no Projeto Pedagógico Curricular do curso do estagiário, não sendo, portanto, requisito para a conclusão da graduação.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória (BRASIL, 2008, p. 01).

Embora nosso objeto de estudo seja apenas os estágios obrigatórios, portanto, curriculares, essa distinção é fundamental para compreender um aspecto importante, que é a remuneração, visto que os estágios não-obrigatórios, necessariamente, devem ser remunerados e garantir uma série de direitos para o estagiário, conforme dispõe a Lei 11.788, de 2008: “Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo

compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório”. (BRASIL, 2008, p. 03).

Ou seja, além da fundamentação pedagógica, a nova lei de estágios introduz uma preocupação trabalhista, com vistas “à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior...” (BRASIL, 2008, p. 01). Em outras palavras, passa-se a ter uma preocupação com a formação do futuro profissional que a instituição irá formar. Pode-se considerar, portanto, que houve uma mudança na legislação de estágios, que visa à preparação do aluno para o trabalho, efetivamente, tanto no que diz respeito aos estágios obrigatórios, quanto nos não-obrigatórios. Em seu capítulo V, a Lei 11.788/08 dispõe:

Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

§ 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.

§ 2º A penalidade de que trata o § 1º deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade. (BRASIL, 2008, p. 04).

Ou seja, o estudante é realmente tratado, conforme foi dito anteriormente, como uma categoria especial de trabalhadores. Embora não seja nosso objetivo discutir neste texto estágios não-obrigatórios, faz-se importante registrar que estudos recentes sobre a referida modalidade de estágio, de acordo com Oliveira (2009) *apud* Silva (2016) incorrem em alguns problemas

Oliveira (2009) nos mostra que a relação de estágio está distante do seu objetivo pedagógico primordial, concebendo-se apenas como uma mão de obra qualificada, mas que se torna barata para as empresas e como oportunidade de conseguir uma remuneração por parte dos estudantes. (OLIVEIRA, 2009, p. 107 *apud* SILVA, 2016, p. 12)

Portanto, também há na instituição UFJF problemas relativos aos estágios não-obrigatórios, conforme Silva (2016)

[...] a modalidade de estágio não obrigatório, por ser compulsoriamente remunerada, é considerada pelos alunos somente como uma fonte de renda sem levar em consideração o caráter pedagógico do estágio. (SILVA, 2016, p. 12)

Por isso a Lei 11.788/08 é importante, a fim de proteger os alunos de um possível desvio da finalidade do estágio como ato pedagógico, e não apenas como o recrutamento de uma mão de obra barata para a empresa concedente do estágio.

Ao voltar as atenções para os estágios obrigatórios e colocar luz sobre a interpretação da lei de estágios para o contexto deste trabalho, outro ponto importante diz respeito à jornada de trabalho do estagiário, que pela antiga lei só encontrava como limite a garantia do tempo para os estudos do estagiário, e com a Lei 11.788 (BRASIL, 2008), passa a ter regulação mais detalhada. A jornada normal de trabalho do estagiário tem um limite de 6 horas diárias e 30 h semanais para o ensino superior. Essa carga horária de atividades de estágio poderá ser, entretanto, dilatada até 40 horas semanais, para os cursos que alternem teoria e prática, nos períodos sem aulas presenciais, conforme texto da lei:

Art. 10. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino. (BRASIL, 2008, p. 04).

Ao trazer a interpretação da nova lei de estágios para o contexto deste trabalho, é importante levar em consideração a dimensão prática ou praxiológica que estes assumiram. De acordo com Felício e Oliveira (2008), os estágios obrigatórios ou curriculares nos cursos de licenciatura têm o objetivo de:

Corresponder às reais necessidades apresentadas pelo cotidiano escolar contemporâneo é um desafio que se coloca a qualquer atividade profissional docente que, atualmente, ultrapassa a prática de aplicar uma teoria aprendida ou repetir procedimentos e/ou metodologias utilizadas em outros contextos anteriores.

Tal desafio se apresenta aos professores porque suas práticas profissionais são cada vez mais marcadas por uma rápida obsolescência da informação, do saber e do conhecimento e, por mutações, irreversíveis e acentuadas nas esferas sociais, históricas, econômicas, tecnológicas, culturais, entre outras, fazendo com que essa prática profissional se torne, cada vez mais, um aspecto de considerável importância nos cursos de formação de professores (FELÍCIO e OLIVEIRA, 2008, p. 216).

Desta forma,

[...] a insatisfação trazida pela dicotomia entre situações de formação e situações de trabalho mobiliza as Universidades para que avaliem seus cursos de formação de professores na direção de privilegiar, em seus currículos, a dimensão prática, não como espaço isolado, mas como um elemento articulador do curso.

Considerando a necessidade de privilegiar, também, a dimensão prática nos cursos de formação de professores, entendemos que o Estágio Curricular, se bem fundamentado, estruturado e orientado, configura-se como um momento de relevante importância no processo de formação prática dos futuros professores. (FELÍCIO e OLIVEIRA, 2008, p. 216).

Portanto, trata-se de uma nova perspectiva de estágio e estagiário, uma vez que a atividade passa a ter além de um caráter pedagógico (obrigatório para a formação de um profissional licenciado) uma nova visão (visão de trabalho produtivo) para o discente, que será preparado para conhecer e ingressar nas instituições de ensino.

É fundamental, portanto, entender como a instituição UFJF gere, até o presente momento, os estágios obrigatórios para a formação de profissionais licenciados, visto que a formação de professores impacta diretamente a educação básica. Neste sentido, é necessário descrever em que circunstâncias os estágios obrigatórios dos cursos de licenciatura se desenvolvem na referida instituição.

## 1.2 Contexto institucional dos estágios obrigatórios na Universidade Federal de Juiz de Fora

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) possui uma Coordenação de Estágios, setor ligado à Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), que é responsável pela consolidação dos procedimentos necessários à regulamentação dos estágios obrigatórios dos estudantes da instituição. Dessa forma, tem como objetivo central atuar junto aos professores, alunos e concedentes de estágio no cumprimento da legislação vigente e das rotinas e padrões documentais relativos aos estágios na UFJF. De acordo Com Pedro (2013):

A Coordenação de Estágios da Pró Reitoria de Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PROGRAD) foi criada no ano de 2006, inicialmente com a nomenclatura de Gerência de Estágios e, no ano de 2007, assumindo o caráter de coordenação. Embora não se trate da Comissão Geral de Estágios, definida no artigo 59 do RAG – Regulamento Acadêmico de Graduação, é possível afirmar que suas funções contemplariam, em partes, o disposto no referido artigo: ‘À Comissão Geral de Estágios, vinculada à Pró-Reitoria de Ensino, caberá o coordenação geral, verificação do cumprimento das normas, avaliação periódica do programa e implementação da ampliação dos campos e melhoria da qualidade dos estágios’. (UFJF/CEPE<sup>1</sup>, 1997, p. 18 *apud* PEDRO, 2013, p. 18).

É importante observar como tal setor passou por transformações desde sua criação em 2006 para atender às demandas da transformação da legislação de estágio. Ainda de acordo com Pedro (2013), “O setor tem a finalidade de organizar e consolidar os procedimentos de regulação dos estágios dos acadêmicos da UFJF seja de caráter obrigatório ou não obrigatório”. Esta separação de estágios obrigatórios e não obrigatórios já atende à demanda da lei 11.788/08 (BRASIL, 2008), portanto a nova legislação de estágios. À luz da mesma autora:

Para orientar esses processos de regulação dos documentos de estágio, o setor passou por diversas transformações. Mantém, atualmente, uma página no sítio da Universidade para a divulgação da legislação vigente a respeito da matéria, de modelos de formulários a serem utilizados, de vagas de estágios oferecidas em instituições conveniadas, além de apresentar algumas dicas e orientações importantes para os acadêmicos para a organização da

---

<sup>1</sup> CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução no 11/97, que autoriza a republicação do Regulamento Acadêmico da Graduação.

documentação e o desenvolvimento de seu estágio (PEDRO, 2013, p. 19).

Importante relatar, ainda, que o setor, além de ser o responsável pela análise e homologação de documentos de estágio, respeitando o crivo da lei nº 11.788/08 (BRASIL, 2008), o Regulamento Acadêmico de Graduação (RAG) e os projetos políticos curriculares de cada curso, é também o responsável pelo registro no Sistema Integrado de Gestão Acadêmico (SIGA) de todos os estágios que os alunos da UFJF realizam.

Para tanto, a Coordenação de Estágios conta, atualmente, com uma equipe de 15 (quinze) pessoas, sendo 1 (uma) assistente em administração que responde pela Coordenação, 4 (quatro) Assistentes em Administração, 1 (uma) pedagoga, 1 (uma) Técnica em Assuntos Educacionais e 7 (sete) Acadêmicos bolsistas de Treinamento Profissional.

No âmbito das licenciaturas, identificamos um problema em relação aos estágios obrigatórios na Universidade Federal de Juiz de Fora, uma vez que as atividades estão centralizadas na Faculdade de Educação (FACED) da instituição. Tal prática cria uma concentração de trabalho para a Comissão Orientadora de Estágios (COE) da FACED, que de acordo com o RAG é a comissão a responsável por programar, supervisionar e avaliar os estágios de seus discentes. Trata-se um setor administrativo com uma estrutura pequena, em proporção à quantidade de trabalho. De acordo com relatos<sup>2</sup> da presidente da referida COE, o setor conta com uma presidente da Comissão Orientadora de Estágios (COE), um vice-presidente e um técnico administrativo em educação que é funcionário da secretaria geral da Faculdade de Educação e não responde, exclusivamente, pelas questões relacionadas aos estágios. Além disso, é válido relatar que a presidente e, eventualmente, ou indeferir o Plano de Atividades de Estágio (PAE)<sup>3</sup>, documento em que consta uma descrição de atividades de caráter muito específico do ponto de vista pedagógico. Trataremos o vice-presidente da COE são os responsáveis por analisar e, conseqüentemente, deferir como hipótese de que uma centralização burocrática no trâmite de documentos de estágios obrigatórios em licenciatura na COE da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora tem

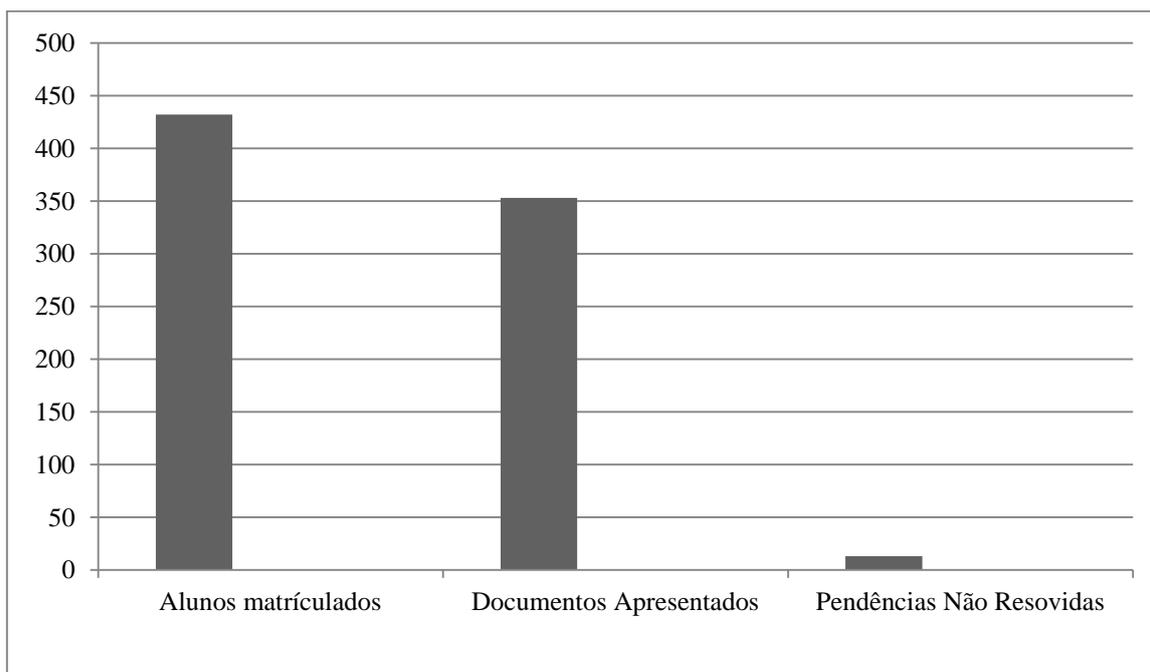
---

<sup>2</sup> Os relatos foram obtidos em uma ida exploratória ao campo de pesquisa, visando complementar informações que o pesquisador encontrou no sítio eletrônico da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

<sup>3</sup> Anexo A.

reflexo em um número elevado de pendências em documentos de estágios em um recorte de três cursos de licenciatura na UFJF. Neste contexto, aparece a Coordenação de Estágios da Pró-reitoria de Graduação, que absorve todos os documentos oriundos da FAGED. No primeiro semestre de 2016, foi feito um levantamento de pendências por parte de um dos funcionários da Coordenação de Estágios da Pró-reitoria de Graduação apenas dos cursos de licenciatura. Em linhas gerais, no referido semestre do calendário acadêmico da Universidade Federal de Juiz de Fora, que compreende o período de tempo entre 04 de abril de 2016 a 05 de agosto de 2016, foram registradas 432 matrículas em Estágios Obrigatórios de cursos de licenciatura presenciais da Universidade Federal de Juiz de Fora. Desse total de alunos matriculados, 362 apresentaram documentos, sendo que 13 não realizaram o estágio por não corrigirem suas pendências na documentação de estágio que apresentaram. Tais números podem ser mais bem visualizados através do seguinte Gráfico 1:

**Gráfico 1 – Números Gerais de matrículas e documentos de licenciatura apresentados em 2016/1**



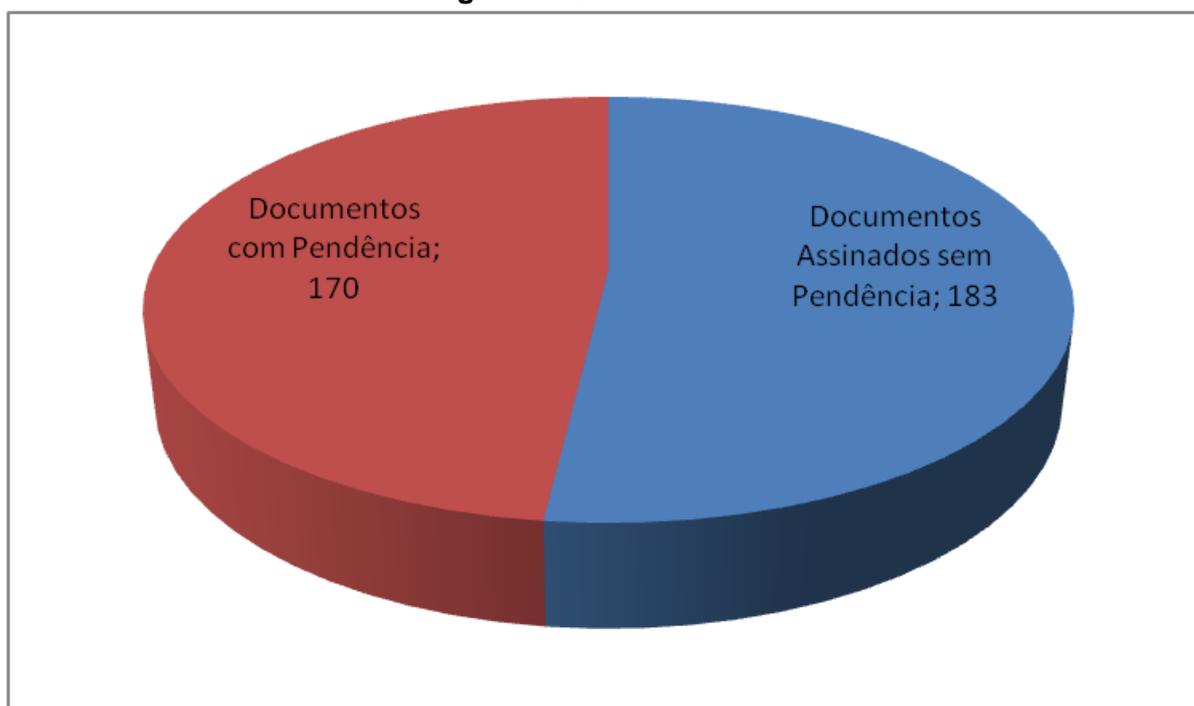
Fonte: Adaptado de Bittencourt (2016).

Do total de documentos apresentados, cerca de 170 possuíam uma ou mais pendências, o que resulta em uma porcentagem de aproximadamente 49% dos documentos, ou seja, quase metade dos documentos de estágios obrigatórios em

licenciatura apresentados à Coordenação de Estágios da Pró-Reitoria de Graduação para análise continham alguma inconsistência para sua pronta homologação.

Tal informação pode melhor visualizada no Gráfico 2 a seguir, em que se dividem os documentos homologados com necessidade de correção de uma ou mais pendências e os documentos homologados sem pendência. Percebe-se bem a divisão relatada no parágrafo anterior:

**Gráfico 2 - Número de Ocorrências de Pendência contabilizadas pela Coordenação de Estágios/PROGRAD em 2016/1**



Fonte: Bittencourt (2016, p. 11).

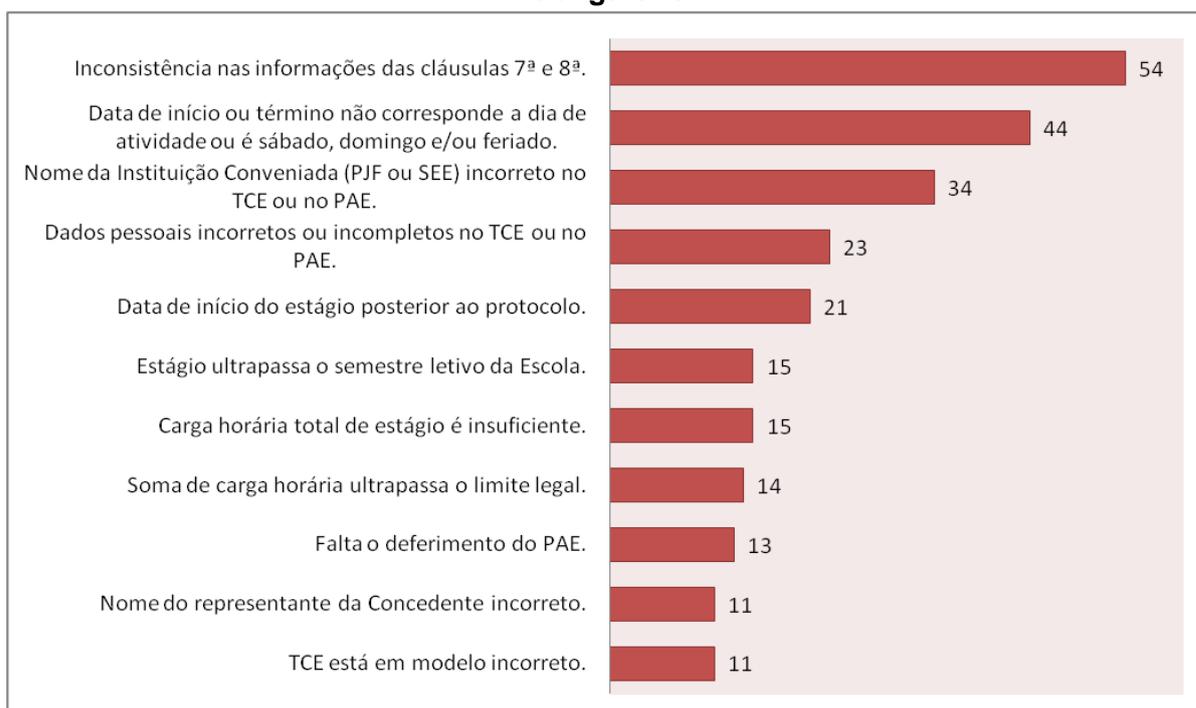
No total, foram mapeados 307 problemas nos 170 documentos pendentes apresentados à Coordenação de Estágios. Esse número chama a atenção, uma vez que os três tipos de pendências principais são: Divergência entre as cláusulas Sétima e Oitava do Termo de Compromisso de Estágio (TCE)<sup>4</sup>. O segundo tipo de pendência mais comum diz respeito à data de início ou término do estágio, que não está de acordo com os dias em que ocorrerão atividades de estágio na unidade concedente, ou se iniciarão aos sábados, domingos ou feriados, datas em que as

<sup>4</sup>Anexo B. A Cláusula Sétima do Termo de Compromisso de Estágios (TCE) se refere à Indicação do número de horas semanais do estágio, enquanto a Cláusula Oitava diz respeito à indicação do(s) dia(s) da semana e horários em que será realizado o estágio, de modo que a soma destes dias e horários deverá estar de acordo com as horas semanais indicadas na Cláusula Sétima.

unidades de ensino não costumam contar como dias letivos, de acordo com o calendário escolar.

Por fim, a terceira espécie de pendência mais comum nos TCEs dos alunos de licenciatura são as incorreções quanto aos próprios nomes das concedentes de estágios. É importante saber que o nome da escola, quando pública, não corresponde à concedente de estágio, pois as escolas são unidades das concedentes públicas, que as mantém. Dessa forma, o nome correto da concedente, quando o aluno realiza estágio em escolas públicas, é Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEEMG) ou Prefeitura de Juiz de Fora (PJF). Quando o estágio é realizado no Colégio de Aplicação João XXXIII, existe um Termo de Compromisso de Estágio específico de estágios realizados nas dependências da Universidade Federal de Juiz de Fora. É importante salientar que esses três tipos de pendências mais comuns são dados que não costumam fazer parte do cotidiano dos alunos, de modo que ele necessita de uma orientação prévia dos membros da COE, a fim de preencher, corretamente, os dados de seu estágio. As pendências mais comuns mapeadas nos TCEs podem ser visualizadas no Gráfico 3:

**Gráfico 3 - Números e tipos de Ocorrências de Pendências nos relatórios de estágio obrigatório**



Fonte: Bittencourt (2016, p. 15).

Voltando aos cursos que compõem nosso recorte de pesquisa, de acordo com dados do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA), no semestre 2016/01 do calendário acadêmico da Universidade Federal de Juiz de Fora foram registrados 09 estágios obrigatórios de licenciatura em Matemática, 30 estágios obrigatórios de licenciatura em Ciências Biológicas e 41 estágios obrigatórios de licenciatura do curso de Letras (Português). Portanto, trata-se de 80 estágios obrigatórios deferidos e acompanhados, pedagogicamente por uma mesma COE.

Agrega-se a isso número de documentos que chegaram à Coordenação de estágios com necessidade de serem ajustados, após primeira análise, chegou a 40%, conforme tabela 1:

**Tabela 1 - Número de Documentos pendentes nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Letras e Matemática no semestre 2016/1**

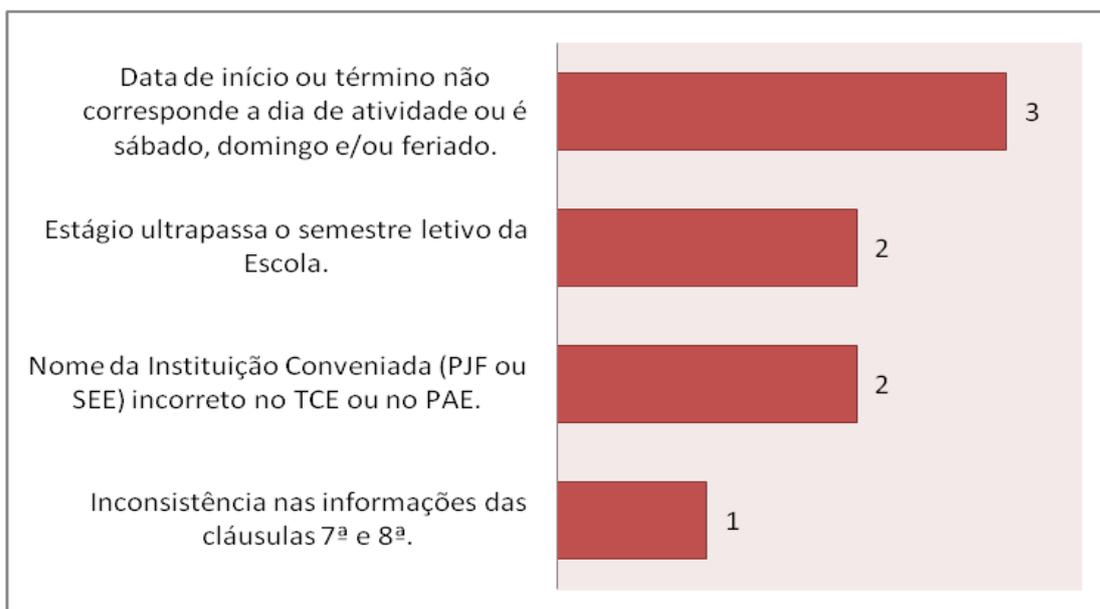
<b>Porcentagem (%)</b>	<b>Números absolutos</b>	<b>Descrição dos documentos</b>
60%	48	Docs. assinados sem pendências
40%	32	Docs. assinados com pendências
	<b>80 (total)</b>	Total

Fonte: Adaptado de Bittencourt (2016).

Conforme anteriormente explicado, o recorte dos cursos de licenciatura foi feito com a intenção de traçar um panorama do funcionamento dos estágios em licenciatura sob os três pontos de vista da ciência na universidade, ou seja, nas ciências humanas, biológicas e exatas. Os dados referentes aos estágios obrigatórios dessas licenciaturas podem ser visualizados nos Gráficos 04, 05, 06, 07, 08 e 09, que seguem:

**Gráfico 04 - Número de Documentos pendentes nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, Letras e Matemática no semestre 2016/1**

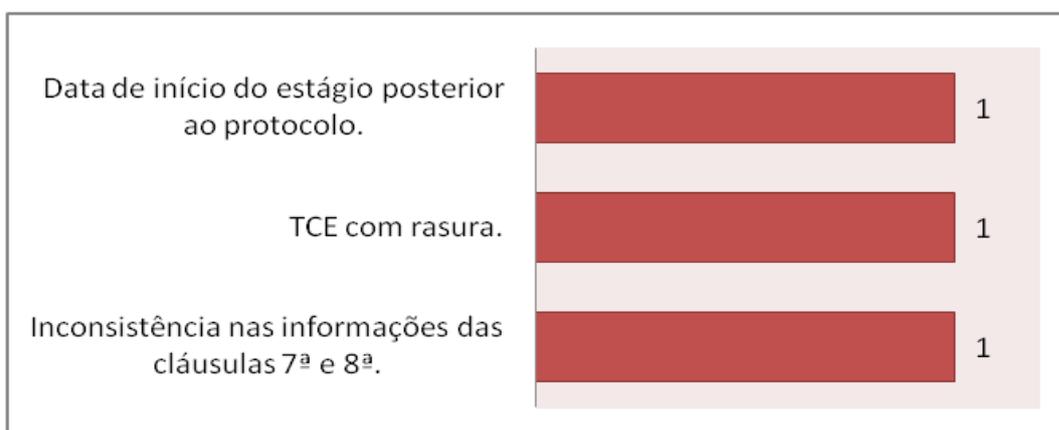
**Matriculados: 18;**  
**Matriculados Documentos: 17;**  
**Pendentes: 06;**  
**Nº de Pendências: 08.**



Fonte: Bittencourt (2016, p. 58).

**Gráfico 05 - Número de pendências na disciplina EDU 226 – ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO DE BIOLOGIA II no semestre 2016/1**

**Matriculados: 13;**  
**Matriculados Documentos: 13;**  
**Pendentes: 02;**  
**Nº de Pendências: 03.**



Bittencourt (2016, p. 60).

Fonte:

No caso das Ciências Biológicas, em ambas as disciplinas, tanto no Estágio Supervisionado em Ensino de Biologia I (EDU224), quanto no Estágio Supervisionado em Ensino de Biologia II (EDU226) encontramos um baixo número de documentos pendentes e, conseqüentemente, um baixo número de pendências. Mas é importante notar que dentre as pendências, destacam-se as três mais comuns elencadas anteriormente: divergência entre as cláusulas Sétima e Oitava do Termo de Compromisso de Estágio; data de início ou término do estágio; e inconsistências quanto aos nomes das concedentes de estágios. Também foi dito anteriormente que tais informações, para serem preenchidas corretamente no Termo de Compromisso de Estágio, exigem conhecimentos que os alunos não costumam ter em seu cotidiano, sendo necessária uma orientação prévia.

Também é importante destacar que a turma que possui mais alunos também possui mais documentos pendentes e maior número de pendências. Embora sejam números pequenos, a disciplina EDU224 possui o triplo de documentos pendentes em relação à disciplina EDU226.

Esse paradigma se reproduz nas disciplinas de estágio obrigatório de Matemática, visto que a turma de Estágio Supervisionado I (MTE 188), que possui o dobro de alunos matriculados, também possui o triplo de documentos pendentes em relação à turma da disciplina de Estágio Supervisionado em Ensino de Matemática II (EDU169). Dentre as pendências apontadas nos Gráficos 06 e 07 abaixo, também se destacam duas das três pendências mais comuns elencadas anteriormente: divergência entre as cláusulas Sétima e Oitava do Termo de Compromisso de Estágio e inconsistências quanto aos nomes das concedentes de estágios.

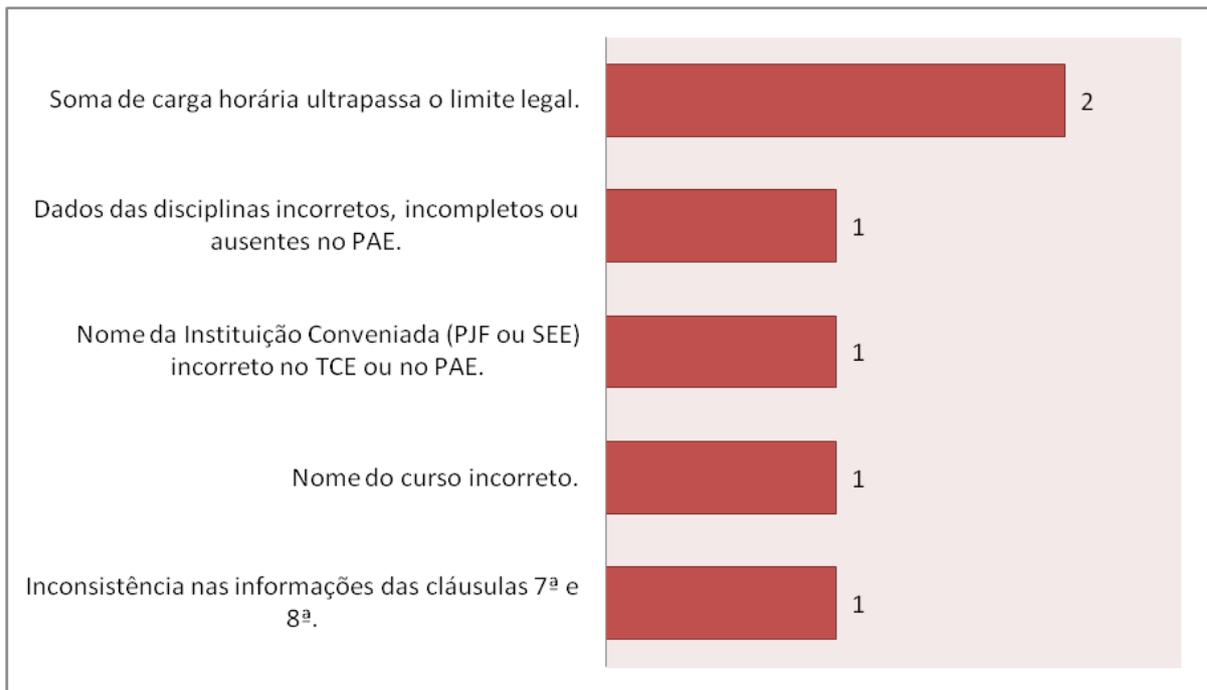
#### **Gráfico 06 - Número de pendências na disciplina MTE 188 ESTÁGIO SUPERVISIONADO I**

**Matriculados: 06;**

**Matriculados Documentos: 06;**

**Pendentes: 03;**

**Nº de Pendências: 06.**



Fonte: Bittencourt (2016, p. 38).

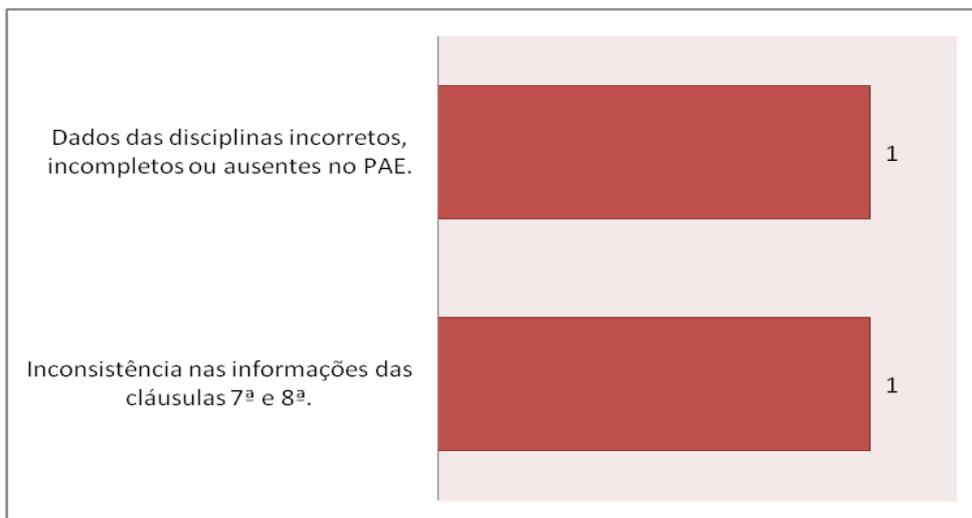
### Gráfico 07 - Número de pendências na disciplina EDU 169 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENSINO DE MATEMÁTICA II

**Matriculados: 03;**

**Matriculados Documentos: 03;**

**Pendentes: 01;**

**Nº de Pendências: 02.**



Fonte: Bittencourt (2016, p. 41).

O paradigma citado no parágrafo anterior pode evidenciar que as turmas onde há uma maior concentração de alunos, também são as turmas onde se encontram mais documentos pendentes. A hipótese é de que a orientação em relação ao

preenchimento dos documentos de estágio é mais difícil onde há menor concentração de alunos.

Porém, a fim de comprovar essa hipótese, é importante escolher um curso com turmas maiores em relação ao número de alunos, a fim de comprovar que onde há um maior espaço amostral, ocorre também uma maior probabilidade de se elevar o número de pendências relativas aos documentos estágios obrigatórios.

Por isso o curso de Letras nos serve como bom exemplo, visto que a disciplina Estágio Supervisionado I – Ensino de Língua Portuguesa (EDU195) possuiu o dobro de alunos matriculados em relação à disciplina Estágio Supervisionado II – Ensino de Língua Portuguesa (EDU196) e também quatro vezes mais documentos pendentes e cinco vezes mais pendências, dentre as quais se destacam as três pendências mais comuns elencadas anteriormente: divergência entre as cláusulas Sétima e Oitava do Termo de Compromisso de Estágio e inconsistências quanto aos nomes das concedentes de estágios.

Podemos observar melhor esse fenômeno nos gráficos 08 e 09:

#### Gráfico 08 - Número de pendências na disciplina EDU 195 (ESTÁGIO SUPERVISIONADO I - ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA)

**Matriculados: 30;**

**Matriculados Documentos: 26;**

**Pendentes: 16;**

**Nº de Pendências: 35.**



Fonte: Bittencourt (2016, p. 33).

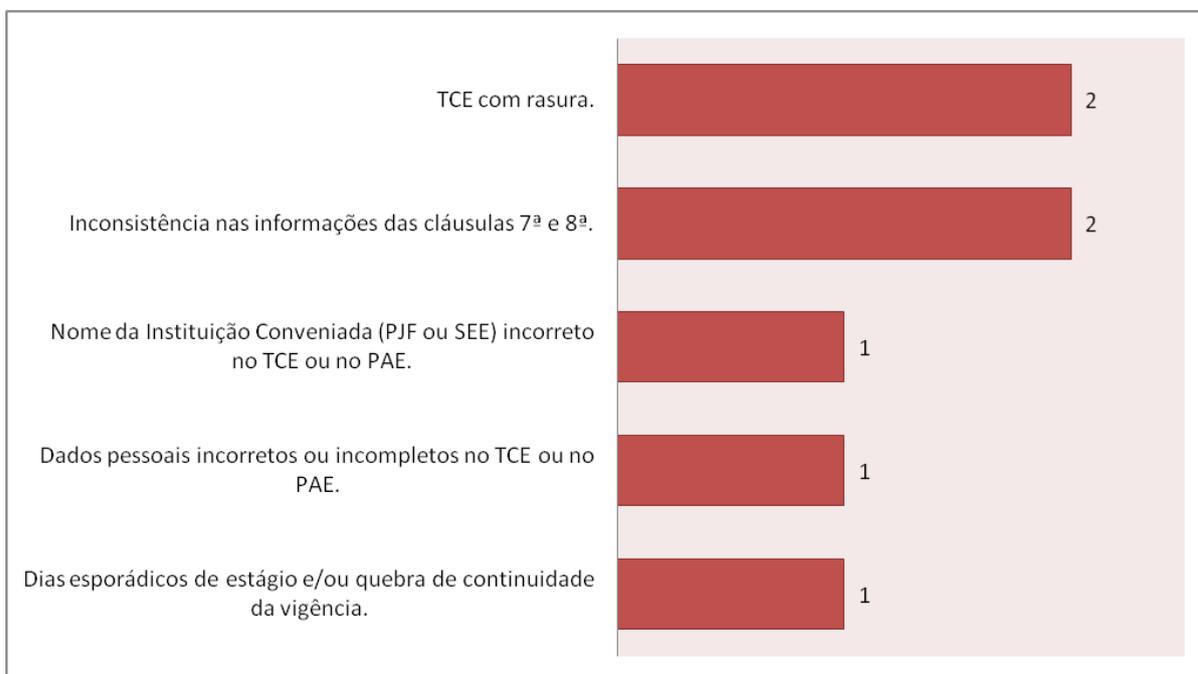
### Gráfico 09 - Número de pendências na disciplina EDU 196-ESTÁGIO SUPERVISIONADO II - ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Matriculados: 15;

Matriculados Documentos: 15;

Pendentes: 04;

Nº de Pendências: 07.



Fonte: Bittencourt (2016, p. 35).

Os dados apresentados evidenciam um problema na Coordenação de Estágios da Pró-reitoria de Graduação, setor onde atuo profissionalmente, visto que se trata um número muito alto de pendências que torna moroso o processo de homologação dos documentos de Estágios dos alunos de licenciatura destes três cursos, mas também o andamento da demanda da Coordenação de Estágios, que ao lidar com essas pendências adquire, automaticamente, a necessidade de realizar um “re-trabalho”, visto que todas as vezes que um aluno comparece à referida coordenação para acerto de sua documentação de estágio, é necessária uma reanálise dos documentos, a fim de verificar se todas as pendências foram sanadas para eventual assinatura dos documentos de estágio e posterior lançamento no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica.

Em relação ao que dispõe a Resolução 115/2014 (UFJF, 2014) do Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD), órgão consultivo, deliberativo e normativo da UFJF, “A organização didática pedagógica do estágio obrigatório... é de responsabilidade da COE de cada curso, presencial ou à distância, contando com a

ação direta de um Presidente”(UFJF, 2014, p. 02).No entanto, a COE da FACED funciona de maneira peculiar, visto que atribui a responsabilidade pelo acompanhamento pedagógico dos estágios obrigatórios aos professores das disciplinas de estágio.

No caso da FACED, o acompanhamento pedagógico do estágio obrigatório também deveria ser responsabilidade da COE, de acordo com a resolução nº 115/2014 (UFJF, 2014, p. 02)do CONGRAD. Entretanto, a Faculdade de Educação possui uma resolução própria para tratar dos estágios curriculares, a saber, a Resolução nº. 001/2011/FACED (UFJF, 2011) que dispõe em seu artigo 8º:

Art. 8º - A orientação do estágio a ser realizada pelo professor orientador de que trata o inciso I do artigo 6º desta Resolução compreende:

I – Apresentação das especificidades do estágio, definição e explicação dos procedimentos e metodologias envolvidas no estágio bem como sua avaliação;

II – Efetivo acompanhamento sistemático e processual do planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades desenvolvidas pelo estagiário, através do contato permanente com ele e com as instituições – campo de estágio – viabilizando a exequibilidade das atividades previstas, guardadas as especificidades de cada estágio;

III – Suporte teórico-metodológico e pedagógico ao aluno, para a definição e acompanhamento das modalidades de ação e/ou projetos de ensino relativos ao estágio;

IV - Orientação para a elaboração do planejamento e desenvolvimento das atividades a serem realizadas durante o estágio;

V – Avaliação processual e/ou final das atividades desenvolvidas pelo estagiário.

§1º - Compete ao Departamento de Educação da Faculdade de Educação da UFJF, de acordo com critérios previamente definidos pela Unidade, indicar os professores orientadores que irão se responsabilizar pela realização e acompanhamento dos estágios curriculares. (UFJF, 2011, p. 04).

Tal resolução, embora divergente do RAG, funciona como um instrumento de adequação a um setor já sobrecarregado de trabalho, distribuindo aos professores das disciplinas de licenciatura a responsabilidade pelo acompanhamento pedagógico do estagiário.

O modelo de estágios em licenciatura na UFJF também fica evidente através do art. 3º parágrafo 1º da mesma Resolução nº 115/2014 (UFJF, 2014) do Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD) da Universidade Federal de Juiz de Fora, que

dispõe sobre a constituição e as funções da Comissão Orientadora de Estágio (COE) nos cursos de licenciatura da UFJF.

I. No caso das Licenciaturas nas quais o estágio obrigatório se vincule às disciplinas do Departamento de Educação, da Faculdade de Educação, a organização didática pedagógica do estágio obrigatório e não obrigatório é de responsabilidade da COE da Faculdade de Educação, da qual poderá participar um representante do curso de origem. (UFJF, 2014, p. 02).

Portanto, todos os assuntos referentes aos estágios de licenciatura na Universidade Federal de Juiz de Fora são tratados na Faculdade de Educação da referida Instituição, bem como é de responsabilidade da Comissão Orientadora de Estágios da FACED organizar, tanto no que diz respeito a questões burocráticas, quanto no que diz respeito a questões didáticas, a organização dos estágios obrigatórios em Licenciatura.

#### 1.2.1 Estágio na UFJF: Uma retrospectiva (2007 – 2017)

Pretende-se nesta seção apresentar uma retrospectiva da gestão dos estágios na Universidade Federal de Juiz de Fora, levando em consideração as deliberações do Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD) e da FACED no período de tempo compreendido entre 2007 a 2016. Além disso, pretende-se descrever como é a escolha do presidente da Coordenação de Estágios na FACED.

Em uma digressão histórica sobre as deliberações do CONGRAD, pode-se observar que a Licenciatura é um tema que se tornou recorrente, principalmente a partir do ano de 2007, com a criação da Comissão das Licenciaturas da Universidade Federal de Juiz de Fora, através da Resolução nº 34/2007 (UFJF, 2007). Esta Comissão evoluiu para o Fórum das Licenciaturas da Universidade Federal de Juiz de Fora com a Resolução nº 20/2010 (UFJF, 2010). Neste documento, o CONGRAD estabelece um fórum com o objetivo de organizar os encaminhamentos relativos aos cursos de Licenciatura, de modo a atender as definições da legislação que os regulamenta. Tal resolução prevê

Criar o Fórum das Licenciaturas, órgão colegiado vinculado à Pró-Reitoria de Graduação, constituindo-se num espaço de caráter

consultivo, sistemático e coletivo de reflexão, debate e análise sobre as políticas e tendências da formação de professores, bem como articulador de ações referentes aos cursos de licenciaturas da UFJF. (UFJF, 2010, p. 01).

Desde sua criação, um debate mais sistemático em relação ao tema, bem como as mudanças de currículo que formam alunos licenciados têm sido frequentes. Isto é sintomático nas próprias resoluções posteriores do CONGRAD, como a de nº8/2016 (UFJF, 2016), que aprova a reforma do projeto pedagógico do curso de licenciatura em Letras.

Diante disso, compete ao Fórum das Licenciaturas:

- I – Discutir e propor políticas e diretrizes para a formação de professores na UFJF;
- II – Discutir e analisar reformulações e adequações dos projetos político-pedagógicos dos cursos de licenciatura;
- III – Oportunizar um espaço institucionalizado de discussão e debates sobre as licenciaturas na UFJF. (UFJF, 2010, p. 01).

Tal documento chama a atenção para o contexto das licenciaturas na instituição. A universidade parece tentar se moldar às novas deliberações sobre o tema de formação de professores discutido em âmbito nacional.

Por fim, vale descrever a composição do Fórum das Licenciaturas:

- I – Pró-Reitor de Graduação;
- II – Coordenador de Licenciaturas da Pró-Reitoria de Graduação;
- III – Um representante da Faculdade de Educação;
- IV – Um representante de cada curso de Licenciatura da UFJF;
- V – Um representante do Colégio de Aplicação João XXIII;
- VI – Um representante discente, indicado pelo Diretório Central dos Estudantes;
- VII – Um representante dos servidores técnico-administrativos, indicado pela entidade de classe. (UFJF, 2010, p. 01).

Esta representatividade ampla de todos os segmentos que se envolvem com a licenciatura na UFJF é um destaque importante e parece ser positiva para o debate sobre a formação de licenciados na instituição.

Se na dimensão pedagógica há um grande debate com vistas a um processo de mudança em curso a respeito das Licenciaturas na Universidade Federal de Juiz de Fora, o mesmo não pode ser observado no campo administrativo, sobretudo no âmbito das atividades de estágio, no qual a Resolução mais atual sobre as

atividades de Estágio, a saber, a Resolução nº 115/2014(UFJF, 2014), estabelece um modelo centralizador, exposto na seção anterior, e que é muito esclarecedor sobre o modelo de licenciatura que possui a instituição:

I. No caso das Licenciaturas nas quais o estágio obrigatório se vincule às disciplinas do Departamento de Educação, da Faculdade de Educação, a organização didática pedagógica do estágio obrigatório e não obrigatório é de responsabilidade da COE da Faculdade de Educação, da qual poderá participar um representante do curso de origem. (UFJF, 2014, p. 02).

Apesar da possibilidade de haver um representante da COE nos Institutos, ou nas unidades acadêmicas dos cursos de Licenciatura (todos os cursos, não apenas os que são objeto de estudo em nosso trabalho) não há, até o momento, integrantes dos institutos designados para compor a COE de licenciatura junto à Faculdade de Educação. Tal informação foi verificada em consulta ao sítio eletrônico da própria Comissão Orientadora de Estágios da Faculdade de Educação, no qual constam apenas os nomes da presidente e do vice-presidente como responsáveis pela referida comissão.

Outra informação relevante que obtivemos em ida exploratória ao campo de pesquisa, no caso a COE da FACED, foi quanto à reforma dos currículos de licenciatura pela qual a UFJF passou a partir do ano de 2008. Segundo a presidente da referida Comissão Orientadora de Estágios, houve uma adaptação na qual as unidades e departamentos ficariam responsáveis por pelo menos 180 de um total de 400 horas de atividades práticas, voltadas ao ensino de cada uma das áreas. Na Faculdade de Letras (FALE), de modo geral, tal mudança de currículo abarcou a criação de oficinas, que são disciplinas voltadas à prática do ensino de língua. No Departamento de Matemática houve a incorporação ao currículo do curso das disciplinas: Saberes Matemáticos Escolares; Metodologia do Ensino da Matemática; Prática Escolar II: Aspectos Teórico-Práticos do Ensino da Matemática na Escola Básica I; e Prática Escolar III. Já na Faculdade de Ciências Biológicas, houve a criação das disciplinas: Instrumentação para o ensino de Zoologia; Instrumentação para o ensino de Genética; e Instrumentação para o ensino de Botânica.

Por outro lado, Peres (2013) esclarece:

Considerando que o objetivo das licenciaturas é a formação de professores, multiplicadores do conhecimento e responsáveis pela educação de alunos que atuarão em diversas áreas, houve uma preocupação com os estágios nessa modalidade da graduação. Segundo informações extraídas do portal da UFJF, a primeira coordenadora de estágios apresenta um recorte histórico da reestruturação das licenciaturas, especificamente nos estágios. Ela explica que o projeto de reformulação das licenciaturas da UFJF foi desenvolvido no final de 2004. No entanto, segundo ela, 'os estágios, parte importante do processo de aprendizagem, aconteciam de forma indisciplinada e em instituições sem convênio. (PERES, 2013, p. 35).

Em outras palavras, embora tenha havido uma reforma nos currículos de licenciatura, os estágios obrigatórios, que são disciplinas essenciais na formação de professores, ainda ficam a cargo da Faculdade de Educação, única encarregada de encaminhar os alunos de licenciatura para os campos de estágio e propiciar subsídios para que realize tal atividade curricular.

Em relação ao modo de escolha do presidente da COE da FACED, segue o que é prescrito pela resolução 15/2014 do CONGRAD:

Os membros da COE elegerão o Presidente e Vice-Presidente (que substituirá o Presidente em seus impedimentos) da Comissão entre seus pares, excluindo-se o coordenador de curso, para mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução por igual período. (UFJF, 2014, p. 02).

Ou seja, é feita uma eleição entre os professores do departamento para escolha do presidente e vice, sendo o mandato de dois anos, passível de recondução.

### 1.2.2 Um Histórico sobre o Departamento de Educação da UFJF

De acordo com informações do sítio eletrônico do Departamento de Educação da UFJF, o referido departamento é o setor em que estão lotados todos os professores da Faculdade de Educação da UFJF. A Chefia e a subchefia são escolhidas via eleições, das quais participam os professores e o corpo técnico-administrativo lotados no departamento, conforme prevê o Regimento Geral da UFJF. Os eleitos exercem mandatos de dois anos.

Além disso, o Colegiado do Departamento de Educação da UFJF é composto pelos professores e por uma representação discente e técnico-administrativa. Tal colegiado se caracteriza por ser um órgão deliberativo vinculado ao Departamento.

Os dispositivos que disciplinam as atribuições e competências do Departamento e do Chefe do Departamento estão dispostos no Regimento Geral da UFJF.

Do ponto de vista histórico,

O Departamento de Educação, vinculado à Faculdade de Educação (FACED), surgiu como o resultado do processo de reestruturação administrativa, a partir da fusão dos quatro antigos departamentos da FACED. Atualmente, o Departamento de Educação é o único departamento da Faculdade de Educação, agrupando os professores e as disciplinas do curso de graduação de Pedagogia e demais Licenciaturas dos cursos da UFJF, assim como as disciplinas dos programas de Pós-Graduação (Mestrado/Doutorado) existentes na Faculdade de Educação. (UFJF, 2017).

É neste contexto que a Comissão Orientadora de estágios da FACED está inserida, fazendo parte de um departamento que é resultado da fusão de outros quatro. Tal comissão está submetida à Resolução 001/2011/FACED. A Resolução de estágio das licenciaturas foi construída à época com apoio da direção, coordenações e departamento da FACED, cujo trabalho coletivo permitiu a construção do referido documento, que tem como objetivos principais: definir algumas questões cruciais dessa atividade acadêmica, apresentar, esclarecer e ampliar a concepção acerca do estágio, bem como indicar os principais componentes dessa atividade, além de apontar os passos principais para a inscrição, planejamento, desenvolvimento e avaliação do estágio curricular. Tal resolução trás informações importantes sobre:

- como se concebe um estágio curricular, seus objetivos e procedimentos;
- o que se espera do estagiário, da instituição educacional – campo de estágio – e dos professores que atuam nesse processo, tanto na UFJF quanto nas escolas e outras instituições educacionais;
- qual é e como se distribui a carga horária destinada ao estágio;
- o que deve constar no plano de atividades e o trâmite de sua documentação;
- as principais diferenças e semelhanças entre estágio obrigatório e não-obrigatório;

- o percurso institucional que se deve seguir na constituição do estágio curricular, entre outros aspectos. (UFJF, 2017).

Em suma, é neste contexto de estrutura administrativa que a Comissão Orientadora de Estágios da Faculdade de Educação opera.

Neste capítulo foi feita uma descrição dos pontos fundamentais da Lei 11.788/08, a Lei dos estágios, e dispositivos internos da UFJF que regulam as atividades de estágio na instituição, com destaque para a Resolução 115/2014/CONGRAD. Também foram apresentados dados que revelam um elevado número de pendências nos documentos de estágios em Licenciaturas.

No segundo capítulo será apresentada a metodologia de pesquisa que será utilizada, bem como a análise dos dados por meio da qual será feita a apresentação de como ocorre o trâmite dos documentos dos estágios obrigatórios nos cursos de Ciências Biológicas, Letras e Matemática na UFJF, balizados por um referencial teórico adequado ao assunto proposto.

## **2 ANÁLISE DO CASO DE GESTÃO: RECONHECIMENTO DOS TRÂMITES BUROCRÁTICOS EM ESTÁGIOS EM LICENCIATURA E APONTAMENTOS PARA UM PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL**

Este capítulo visa à análise do caso de gestão à luz dos dados coletados na pesquisa de campo articulados ao referencial teórico pertinente ao estudo. Está dividido em um tópico e três subtópicos específicos, à exceção do tópico da análise metodológica. O único tópico citado está relacionado ao problema citado em relação aos estágios em licenciaturas na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora e as consequências que este problema acarreta para a Coordenação de Estágio da Pró-reitoria de Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Em segundo lugar, iremos analisar se há integração entre a PROGRAD e a FACED, bem como se existem desafios na gestão dos estágios obrigatórios, com foco em cada um dos cursos de licenciatura que nos propusemos a analisar. E, por último, citaremos a preocupação dos professores e do próprio Pró-Reitor Adjunto de Graduação sobre a importância do conteúdo articulado à prática na formação de um licenciado.

No decorrer do referido tópico e subtópicos a temática estará atrelada aos eixos de análise de nosso caso de gestão, a saber: a indagação dos motivos que levaram a uma centralização das atividades relacionadas aos estágios obrigatórios em licenciaturas na FACED e quais os fundamentos que norteiam esta organização; as dificuldades burocráticas relativas ao trâmite dos formulários de estágio na visão dos sujeitos de pesquisa; e por fim, discutiremos um anseio dos sujeitos de pesquisa em relação a uma informatização dos formulários de estágio. Para isso, estaremos sempre dialogando com os pressupostos dos autores selecionados para nosso estudo e apresentando os dados coletados em nossa pesquisa.

Fizemos uma discussão sobre fatores internos à instituição que levam à centralização dos estágios de licenciatura na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora e quais as consequências que esta prática administrativa tem para modelo de Licenciatura na Universidade Federal de Juiz de Fora. Para isso, utilizar-se-á como base teórica a seguinte bibliografia: Alter (1992), Diniz (1999), Oliveira (2013), Qianwei (2010) e Peres (2013). Para esta análise serão retomadas algumas informações do percurso feito no capítulo 1, no tocante à

organização dos estágios obrigatórios de licenciatura na UFJF, analisando-os sob a ótica dos referidos pressupostos teóricos.

Versamos, ainda, sobre os conceitos de burocracia, burocratização e desburocratização, traçando um paralelo aos princípios básicos da administração pública, e verificar se tais princípios se aplicam às unidades que nos propusemos a analisar na gestão dos estágios obrigatórios em licenciatura da Universidade Federal de Juiz de Fora. Para esta discussão, serão considerados os aportes teóricos de Alter (1992), Carvalho (1999), Meirelles (1997), Qianwei (2010) e Sanches (1999).

Além disso, como um contraponto pedagógico a um trabalho destinado ao campo administrativo da educação, será tratado a importância do conteúdo articulado à prática na formação de um licenciado. Para isso, será feita uma análise à luz de Diniz (1999). Também serão relatadas as diferentes óticas dos sujeitos de pesquisa, analisando-se de que forma eles enxergam os estágios obrigatórios em licenciatura na Universidade Federal de Juiz de Fora, reconhecendo as fragilidades no tratamento de tais atividades pedagógicas pela instituição, bem como possíveis potencialidades neste mesmo processo. Além disso, serão evidenciadas as lacunas encontradas, que nortearão a proposição de adequações no Plano de Ação Educacional – PAE.

## **2.1 Metodologia de pesquisa**

O presente trabalho configura-se como um estudo de caso, no qual se pretende conhecer a gestão dos estágios obrigatórios nas licenciaturas dos cursos de Ciências Biológicas, Letras e Matemática na Universidade Federal de Juiz de Fora, bem como entender como a gestão destes estágios impacta o trabalho da Coordenação de Estágios da Pró-reitoria de Graduação da UFJF. Demonstrar-se-á este estudo através de uma análise de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos envolvidos no funcionamento dos estágios dos cursos em estudo, a saber: o Pró-reitor Adjunto de Graduação; a Presidente da COE da Faculdade de Educação; e os Professores das Disciplinas EDU224, EDU226, EDU195, EDU196, MTE188 e EDU169 no primeiro semestre letivo de 2016 da UFJF. As entrevistas sempre tiveram como pano de fundo a legislação vigente sobre estágios no Brasil, Lei nº 11.788/08. Também é importante salientar os eixos de análise que compõem este capítulo, sendo o primeiro compreender a relação da COE da FACED com a

Coordenação de Estágios/ PROGRAD, no que diz respeito, principalmente, às dificuldades relativas aos trâmites burocráticos dos estágios obrigatórios em licenciatura, sobretudo no que diz respeito aos cursos de Ciências Biológicas, Letras e Matemática da UFJF. Além disso, conhecer possíveis desafios que a Pró-reitoria de Graduação e a COE da FACED teriam, a fim de auxiliar a gestão dos estágios obrigatórios em licenciatura na instituição.

Para isso, compreende-se, neste trabalho, que o estudo de caso é um método de pesquisa capaz de abarcar diversos instrumentos exploratórios, bem como descrições baseadas em observações empíricas do contexto da pesquisa e proposição de um plano de ação.

Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Em outras palavras, você poderia utilizar o método de estudo de caso quando deliberadamente quisesse lidar com condições contextuais - acreditando que elas poderiam ser altamente pertinentes ao seu fenômeno de estudo. (YIN, 2001, p. 32).

Segundo *Adelman et al.*, (1976 apud ANDRÉ, 1984) “o estudo de caso é um termo amplo, incluindo ‘uma família de métodos de pesquisa cuja decisão comum é o enfoque numa instância’”. Ainda de acordo com *Adelman et al.* (1976 apud ANDRÉ, 1984)

Partindo dessa mesma definição, *Nisbett e Watt* (1978) sugerem que o estudo de caso seja entendido ‘uma investigação sistemática de uma instância específica’. Essa instância, segundo eles, pode ser um evento, uma pessoa, um grupo, uma escola, uma instituição, um programa, etc. (ADELMAN et. al., 1976, s/p, apud ANDRÉ, 1984, p. 53).

A pesquisa para a elaboração do Plano de Ação Educacional sobre os processos de estágio supervisionado na UFJF tem caráter qualitativo *Adelman et al.* (1976 apud ANDRÉ, 1984) afirma que

Os estudos de caso pretendem retratar o idiossincrático e o particular como legítimos em si mesmos. Tal tipo de investigação toma como base um conhecimento ideográfico, isto é, que enfatiza que enfatiza a compreensão dos eventos particulares (casos). O “caso” é assim um “sistema delimitado”, algo como uma instituição, um currículo, um

grupo, uma pessoa, cada qual tratado com uma identidade única, singular (ADELMAN et. al., 1976, s/p, apud ANDRÉ, 1984, p. 52).

Neste sentido, a mesma autora afirma que o leitor (interlocutor) do estudo de caso deve ativar seu conhecimento tácito, entendido como aquele que o indivíduo adquiriu ao longo da vida, pela experiência. Geralmente é difícil de ser formalizado ou explicado à outra pessoa, pois é subjetivo e inerente às habilidades de um indivíduo.

Adelman et al., (1976 apud ANDRÉ, 1984) ainda afirma

É essencial então que o retrato vivo e completo produzido pelo estudo de caso apresente todos os elementos necessários para que o leitor possa fazer suas interpretações, reiterando ou não, as representações do autor. O relato do caso deve deixar muito claro a distinção entre descrição e interpretação, evidências primárias e secundárias, afirmações gerais e depoimentos, resumos e citações (Adelman et. al., 1976, s/p, apud ANDRÉ, 1984, p. 53).

Gunther (2003) aponta que “são características da pesquisa qualitativa sua grande flexibilidade e adaptabilidade”. Assim, é importante adaptar os instrumentos e procedimentos de pesquisa de acordo com a especificidade de cada sujeito envolvido no desenvolvimento das atividades de estágio.

Gunther (2003) pontua também uma aproximação básica da pesquisa qualitativa que se apresenta à realidade da presente dissertação: “observar o comportamento que ocorre naturalmente no âmbito real” (GÜNTHER, 2003, p. 204). Neste contexto, as observações de quem pesquisa são importantes para completar o contexto do estudo e, além disso, analisar os documentos institucionais sobre estágio e entrevistar os sujeitos envolvidos e gestores responsáveis pela organização das atividades de estágio.

Holmam (1993 apud MARTINS e BÓGUS, 2004) esclarece que:

A pesquisa qualitativa pode ser particularmente útil em situações em que variáveis relevantes e/ou seus efeitos não são aparentes ou quando o número de sujeitos e/ou dados obtidos são insuficientes para análise estatística. Os sujeitos podem variar em número – de um indivíduo até grandes grupos – e o foco do estudo pode variar de uma ação particular de uma pessoa ou pequeno grupo para a função de uma complexa instituição. Os métodos de investigação incluem entrevistas (estruturadas, semi-estruturadas e abertas), observação (externa ou participante) e análise de material escrito. Exemplos clássicos da abordagem qualitativa de pesquisa são os estudos

antropológicos sobre culturas, os estudos sociológicos de instituições e os estudos psicológicos de comportamentos (Holmam, 1993 apud MARTINS e BÓGUS, 2004).

Desta forma, os dados apresentados no primeiro capítulo são provenientes de análise documental iniciada ao longo do primeiro semestre de 2016, através de acesso a documentos constantes nos sítios eletrônicos do Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD) da Universidade Federal de Juiz de Fora, às páginas eletrônicas das Coordenações dos Cursos em estudo, em busca das matrizes curriculares e Projetos Pedagógicos Curriculares (PPCs) para análise e levantamento de dados, além de consulta ao ícone de estágios no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA), que servem para composição do presente capítulo.

Finalmente, tentou-se agendar entrevistas com oito (8)<sup>5</sup> sujeitos da instituição para a compreensão do trabalho. O primeiro seria a Pró-reitoria de Graduação, representada pelo Pró-reitor adjunto, visando compreender, através de seu discurso, a posição das licenciaturas na Universidade Federal de Juiz de Fora em uma perspectivada gestão acadêmica da referida instituição. O segundo sujeito é a presidente da Comissão Orientadora de Estágios da Faculdade de Educação, a fim de esclarecer questões que dizem respeito aos estágios obrigatórios e, além disso, esclarecer algumas questões pontuais, tais como a relação da FACED com outras unidades da UFJF. Também foi importante agendar entrevistas com os professores das disciplinas de estágios obrigatórios dos cursos de Ciências Biológicas, Letras e Matemática, a fim de entender o contexto das licenciaturas e dos estágios obrigatórios em licenciatura no Departamento de Educação da UFJF, como um contraponto importante à perspectiva da própria COE da FACED e da Pró-reitoria de Graduação. As entrevistas foram realizadas entre os dias 03 de março de 2017 e 30 de março de 2017.

Para isso, seguiu-se um roteiro semiestruturado de entrevistas. Elas foram previamente agendadas e gravadas para registro formal.

Holmam (1993 *apud* MARTINS e BÓGUS, 2004) afirma que

---

<sup>5</sup> Os professores das disciplinas MTE188, da matemática, e EDU226, das Ciências Biológicas, não possuíam disponibilidade para a entrevista. O primeiro ator por estar fazendo doutorado em outra cidade e o segundo por estar de licença maternidade. Portanto, o número de sujeitos de pesquisa entrevistados foi reduzido a seis (6).

A entrevista semi-estruturada é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do entrevistado. Este, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. É útil esclarecer que essas perguntas fundamentais que constituem, em parte, a entrevista semi-estruturada, são resultado não só da teoria que alimenta a ação do investigador mas, também, de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno que interessa. (Holmam, 1993 apud MARTINS e BÓGUS, 2004).

Este estudo de caso utilizou os instrumentos previstos para uma pesquisa qualitativa, a fim de reunir os dados que embasaram o diagnóstico elaborado.

Com o objetivo de começar a análise do problema descrito no capítulo anterior, foram feitas pesquisas em documentos legais e institucionais. Também foram coletados dados e evidências, bem como foram revistas referências de autores que perpassam os assuntos que compõem a pesquisa sobre os estágios obrigatórios em licenciatura na UFJF.

Foram feitas consultas ao SIGA/ESTÁGIOS, que é o sistema de registro de dados de estágios de toda a universidade. Além disso, a Lei nº 11.788/2008 sempre foi o aporte legal que norteou o pesquisador ao longo do trabalho, visto lei que regulamenta os estágios. O Regulamento Acadêmico da Graduação na UFJF (RAG) também foi consultado, assim como Resolução nº 115/2014 e Resolução nº1/2011/FACED que contempla a organização dos estágios obrigatórios em Licenciatura dentro da própria Faculdade de Educação. Por fim, ainda foi levada em consideração a experiência de dois anos do pesquisador atuando como servidor na Coordenação de Estágios da Pró-reitoria de Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Neste contexto, foram propostos, nos apêndices desse trabalho, os seguintes instrumentos: entrevistas semiestruturadas com o Pró-Reitor Adjunto de Graduação (PR), a presidente da Comissão Orientadora de Estágios da FACED (PCOE), um dos professores das disciplinas de estágios obrigatórios em Licenciatura do curso de Ciências Biológicas (PB1); os dois professores das disciplinas de estágios obrigatórios em Licenciatura do curso de Letras (PL1 e PL2); e um dos professores das disciplinas de estágios obrigatórios em Licenciatura do curso de Matemática (PM2), conforme consta no Quadro 1 a seguir. Os professores escolhidos foram os

que lecionaram as disciplinas de estágio no semestre 2016/1, de acordo com os dados apresentados no capítulo 1 deste trabalho.

**Quadro 1 - Sujeitos da Pesquisa**

Sujeitos da Pesquisa	Sigla para identificação
Pró-Reitor Adjunto de Graduação	PR
presidente da Comissão Orientadora de Estágios da FACED	PCOE
Professor da disciplina de estágio EDU224 em 2016/1	PB1
Professor da disciplina de estágio EDU195 em 2016/1	PL1
Professor da disciplina de estágio EDU196 em 2016/1	PL2
Professor da disciplina de estágio EDU169 em 2016/1	PM2

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os 6 (seis) sujeitos de pesquisa foram escolhidos de acordo com critérios previamente estabelecidos. O Pró-Reitor Adjunto de Graduação foi escolhido para entrevista, uma vez que é o representante da PROGRAD, a pró-reitoria responsável pelos Cursos de Graduação da UFJF, a qual possui uma Coordenação específica para a tramitação dos documentos de estágio dos cursos de graduação da UFJF. Era necessário coletar o discurso da Pró-Reitoria, a fim de saber como têm sido compreendidos os estágios obrigatórios em licenciatura na UFJF e se há desafios a serem vencidos em relação a este assunto.

A Presidente da COE da Faculdade de Educação da UFJF foi entrevistada, visto que é a principal responsável por coordenar os estágios dos cursos de Licenciatura na UFJF, bem como indicar e/ou apoiar o acompanhamento do estágio feito pelo Professor Orientador. Essa entrevista foi feita com o objetivo de conhecer como é o cotidiano da Comissão Orientadora de Estágios de Licenciatura na Universidade, bem como avaliar a relação da FACED e a própria Pró-reitoria de Graduação, nesta perspectiva representada pela Coordenação de Estágios/PROGRAD e também saber se há desafios a serem vencidos em relação aos estágios em licenciatura na instituição.

Já as entrevistas com os professores das disciplinas dos estágios obrigatórios em licenciatura tiveram como principal objetivo entender as dificuldades em relação ao preenchimento da documentação de estágio por parte dos alunos que cursam

disciplinas obrigatórias de estágios em Licenciatura, visto que são eles que orientam este preenchimento. Importante salientar que o pesquisador entrou em contato com todos os professores das disciplinas de estágio obrigatório em licenciatura no período de 2016/1.

## **2.2 Centralização dos estágios obrigatórios em licenciatura na FACED: uma hipótese refutável**

Conforme abordamos como hipótese no primeiro capítulo deste trabalho a centralização dos documentos de estágios obrigatórios em licenciatura por parte da Faculdade de Educação da UFJF seria um fator que influencia no cotidiano da Coordenação de Estágios da PROGRAD. Ao falar sobre sua experiência à frente da Comissão Orientadora de Estágios da FACED, a presidente da referida COE nos deu o seguinte depoimento:

A Comissão Orientadora de Estágios (da FACED) é constituída por mim, pelo professor RP, pelo técnico administrativo IP e, às vezes, pode ser constituída por um professor do curso. Essa COE é uma COE para cada curso de Licenciatura, mas todos eles estão vinculados à Faculdade de Educação em seus estágios, então a Comissão Orientadora de Estágios é da Faculdade de Educação (PRESIDENTE DA COE DA FACED. Entrevista realizada em 07 de março de 2017).

A presidente da COE da FACED cita o caso de uma professora da Faculdade de enfermagem que, recentemente, demonstrou interesse em constituir a COE junto aos sujeitos citados acima, a fim de dar suporte aos estágios do curso de Licenciatura em Enfermagem. A referida professora passou participar da COE a partir do semestre 2017/1.

Eu enviei e-mail para os professores coordenadores dos cursos há mais de um ano, logo que eu entrei, em 2015, como Coordenadora dessa COE e eu mandei um e-mail pedindo aos professores que tivessem vontade que se manifestassem, só ela (professora da Enfermagem)... Vai ser a única integrante da COE que vai ser externa à Faculdade de Educação (PRESIDENTE DA COE DA FACED. Entrevista realizada em 07 de março de 2017).

Tais depoimentos confirmariam a hipótese exposta no capítulo 1 de que existe uma centralização, ou pelo menos uma falta de ajuda aos integrantes da COE da Faculdade de Educação no trâmite da documentação de estágios na FACED da

Universidade Federal de Juiz Fora. No entanto, Com vistas a ter um discurso da Pró-reitoria de Graduação, o pesquisador realizou uma entrevista com Pró-reitor Adjunto de Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora, a fim de saber o que tem pensado a PROGRAD em relação à compreensão dos trâmites burocráticos dos estágios obrigatórios em Licenciatura, bem como conhecer uma possível proposta de inovação para gestão de estágios obrigatórios na UFJF, utilizando instrumentos dentro da própria instituição que poderiam auxiliar a administração dos estágios obrigatórios em licenciatura na instituição.

Ao considerar o período de tempo em que o Pró-Reitor Adjunto está à frente da Pró-Reitoria de Graduação, ele foi indagado como tem sido a percepção sobre o trâmite burocrático dos documentos de estágios em licenciatura, levando em consideração sua percepção do trabalho desenvolvido tanto pela Faculdade de Educação, quanto pela Coordenação de Estágio da PROGRAD. O Pró-reitor foi bastante enfático ao dizer que sua percepção era bastante diferente à época em que atuava na docência, em relação à visão do trabalho que desenvolve agora, à frente de Pró-reitoria. No entanto, fez questão de enfatizar que iria dar suas respostas e embasar seu depoimento considerando o seu local de fala, que é a de um gestor acadêmico.

Nesta entrevista, o Pró-reitor Adjunto de Graduação, refuta, em parte, a hipótese centralização que eu havia formulado no Capítulo 1 deste trabalho, visto que, a despeito de reconhecer um problema de sobrecarga de trabalho para a COE da FACED, o entrevistado não vê problemas quanto à estrutura dos cursos de Licenciatura na UFJF, e justifica que a Faculdade de Educação possui professores de todas as áreas do conhecimento e que a orientação para preenchimento para Planos de Atividades Docentes é a mesma para todas as licenciaturas, uma vez que o presidente da Comissão Orientadora de Estágios não afere especificidades de formação do professor de uma determinada área em relação ao conteúdo, mas sim competências e habilidades da docência. No entanto, ele faz novamente o contraponto em relação à quantidade de trabalho presente na COE da FACED:

Então, o que eu acho que fica pesado é num mesmo momento uma comissão composta por um coordenador e um vice-coordenador ter que avaliar 700 Planos de Atividades. É esse o problema, é o quantitativo... Então esse impacto eu acho que ele é enorme. Essa COE ela poderia ser composta por outros membros, para que esse trabalho fosse dividido entre esses membros... E isso impacta o

tempo que os documentos demoram a chegar aqui (na PROGRAD), o controle sobre a qualidade sobre o que está no Plano de Atividades, por exemplo. (PRÓ-REITOR ADJUNTO DE GRADUAÇÃO. Entrevista realizada em 16 de março de 2017).

Portanto, o Pró-reitor Adjunto de Graduação defende que há necessidade de haver delegação para que outros professores possam analisar e deferir Planos de Atividades de Estágio na Faculdade de Educação. Por isso ele justifica:

A FACED tem uma particularidade. Ela está relacionada ao formato que, institucionalmente, foi criado na UFJF e tudo indica que ele vai continuar desta forma pelo caminho que nós estamos na produção de um Plano de Desenvolvimento das Licenciaturas na UFJF, via Fórum das Licenciaturas, que está em pleno vapor, para poder responder à Resolução 02 de 2015 é que esse formato vai continuar. O que eu estou dizendo de particularidade? É que nós temos diversas Unidades Acadêmicas, que formam professores em conjunto com a Faculdade de Educação. Quem é o responsável pela formação específica de práticas docentes, via estágio na UFJF, é a Faculdade de Educação em diálogo com as Coordenações de cursos... É uma particularidade que gera uma demanda gigantesca de trabalho para a COE da FACED. Porque ela tem que articular diferentes cursos numa mesma formulação. Talvez isso também gere uma quantidade de problemas maiores que uma COE da Engenharia Civil, do que uma COE da Odontologia, ou da Enfermagem, que é um curso e que aquele coordenador de COE conhece as especificidades formativas daquele curso. Lá na FACED é uma Coordenação para 14 cursos e isso gera especificidades, né? Por que é lá na FACED? Na minha leitura é que é lá que se dá a formação específica do docente. (PRÓ-REITOR ADJUNTO DE GRADUAÇÃO. Entrevista realizada em 16 de março de 2017).

Tal depoimento está vai ao encontro do que diz a Presidente da COE da FACED, ao relatar fatos do cotidiano da COE em relação à demanda:

Quando chegam os documentos de Educação Física EAD, por exemplo, eu tenho que ficar quatro horas seguidas assinando os documentos sem levantar, às vezes, nem para ir ao banheiro, o RP divide comigo, porque senão a gente não dá conta, porque a gente tem os outros também...São quatorze cursos presenciais em licenciatura... só que dois ainda não tem estágios porque começaram há pouco tempo (Ciência da Religião e Licenciatura em Música). (PRESIDENTE DA COE DA FACED. Entrevista realizada em 07 de março de 2017).

Neste sentido, vale fazer uma digressão sobre o serviço público. Os serviços públicos podem ser executados direta ou indiretamente, ou seja, delegados, descentralizando as decisões individuais em uma referência à Comissão Orientadora de Estágios da Faculdade de Educação da UFJF. Desta forma

[...] o termo descentralização possui diversas definições, dentre as quais podemos citar a descentralização das atividades, conceito também conhecido como desconcentração, e descentralização da decisão, onde as diversas unidades são capazes de tomar suas próprias decisões. (AMARAL; RANGEL; SACRAMENTO. 2015.p. 02)

Neste contexto, podemos traçar um paralelo com o que acontece com a administração de estágios obrigatórios em licenciatura na Universidade Federal de Juiz de Fora, que é uma atividade absolutamente centralizada em apenas 4 (quatro) sujeitos da instituição que compõem a Comissão Orientadora de estágios da Faculdade de Educação. Isso vai de encontro a uma análise empírica sobre métodos de administração, considerando que houve um período de expansão da universidade há oito anos, no qual ingressaram mais alunos e, conseqüentemente, aumentaram os números de estágios obrigatórios em licenciatura. Diante disso, a descentralização de atividades representa uma alternativa válida no contexto exposto, visando atingir maior eficiência no atendimento das demandas da comunidade acadêmica.

Entretanto, pelo estudo realizado no primeiro capítulo deste trabalho, pode-se inferir que poucas funções foram delegadas, ou descentralizadas neste setor da UFJF, fazendo com que o princípio da eficiência seja afetado.

Outro ponto que podemos relacionar estes depoimentos do Pró-reitor Adjunto e da Presidente da COE da FACED diz respeito ao depoimento do professor responsável pela disciplina EDU196 no semestre 2016/1

Apesar de serem contextos separados, eu entendo que um está completamente interligado ao outro. O contexto administrativo ele deve estar alinhado ao que se pensa academicamente e é o que se propõe. E aí, uma crítica, ou uma reflexão, um problema que eu ainda acho muito sério nas licenciaturas é essa reprodução do modelo 3+1, que ainda não foi superado, e nesse modelo 3+1, se mantém a mesma lógica de alunos que são enviados à escola, sem que a gente tenha esse contato (se referindo às escolas que recebem os alunos de estágio). (PROFESSOR DA DISCIPLINA EDU196 NO SEMESTRE 2016/1. Entrevista realizada em 16 de março de 2017).

À luz de Diniz (1999) e sua fórmula de licenciatura cunhada de “3+1” como o modelo de formação de professores predominante no Brasil desde a década de 1930, vigente até os dias atuais, podemos investigar a origem deste modelo no Brasil. De acordo com o referido autor:

O conjunto de leis que, há pouco tempo, vem sendo formulado para regulamentar a formação docente no Brasil parece interessado em romper com o atual modelo de preparação dos profissionais da educação. Por outro lado, a urgência em qualificar um grande número de educadores para uma população escolar crescente sem o correspondente investimento financeiro por parte do governo poderá levar à repetição de erros cometidos em um passado próximo e, conseqüentemente, corre-se o risco de reviver cenários de improvisação, aligeiramento e desregulamentação na formação de professores no país. (DINIZ, 1999, p.111).

Como este trabalho investiga uma possível centralização dos estágios dos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) na Faculdade de Educação (FACED), pode-se identificar um problema similar relatado por Diniz (1999), sobre a formação de professores nas universidades, que recorrem à fórmula “3+ 1”

Fórmula em que as disciplinas de natureza pedagógica nos cursos de licenciatura, cuja duração prevista era de um ano, justapõem-se às disciplinas de conteúdo, com duração de três anos. (DINIZ, 1999, p.111).

De acordo com Estácio (2003) o contexto atual sobre os cursos de formação de educadores no Brasil ainda parece ser instável em relação aos novos rumos das licenciaturas. No entanto, algumas instituições têm tomado iniciativas, a fim de debater o assunto para melhorar a situação atual desses cursos. Neste contexto, instalaram-se no início da década de 90 fóruns permanentes de discussão e deliberação a respeito da problemática das licenciaturas. Tais fóruns discutem os modelos dos cursos de formação de professores em vigor nas Universidades, visando à reformulação dos mesmos. No contexto da UFJF, podemos citar os fóruns de licenciatura, que tem ocorrido de maneira periódica desde o segundo semestre de 2016. De acordo com Estácio (2003) todas as propostas dos fóruns para a reformulação curricular das licenciaturas,

Objetivam superar o tradicional esquema “3 + 1”; todavia, nas instituições onde coexistem cursos de Licenciatura e Bacharelado na mesma área, não deve haver separação inicial dos cursos no que se refere ao conteúdo específico, evitando-se a discriminação do curso de licenciatura. (ESTÁCIO, 2003, p. 65).

Neste Sentido, a partir destas reflexões, Moreira (2012) defende a tese de que as licenciaturas saíram do 3+1, entretanto, o 3+1 ainda não saiu das licenciaturas, pois

A lógica subjacente ao 3+1 ainda permanece como a lógica estruturante desses cursos. O princípio basilar ainda é o mesmo: a separação entre as disciplinas de conteúdo e as disciplinas de ensino. O que mudou, de forma clara, foi a composição do grupo de disciplinas referentes ao ensino (que no 3+1 era praticamente só Didática) e a proporção entre os tempos de formação referentes ao grupo dos conteúdos científicos e o grupo do ensino/educação. Essa proporção agora gira em torno de 1:1. Uma vez internalizada e naturalizada a lógica de fundo do 3+1, essa nova proporção pode parecer uma mudança bastante radical, mas, a meu ver, a questão crucial permanece intocada. (MOREIRA, 2012, p. 1140).

Essa discussão, embora não seja um objetivo central de análise deste trabalho, serve para compreendermos que a fórmula 3+1 de licenciatura pode impactar o funcionamento dos estágios obrigatórios em licenciatura na UFJF, visto que como o último ano de formação dos licenciados é predominantemente na FACED e a responsabilidade por organizar os estágios em licenciatura recai sempre, exclusivamente, sobre o Departamento de Educação da referida instituição.

Sobre o trabalho do Técnico Administrativo em Educação que compõe a COE da FACED, o pesquisador indagou à presidente da COE sobre a exclusividade, ou não, do trabalho do referido servidor em relação aos estágios. Ela afirmou que até o ano de 2016 ele era exclusivo, no entanto, com a unificação da Secretaria da Faculdade de Educação, passou a fazer serviços diversos dentro do ambiente organizacional, embora ainda tenha como principal atividade receber e verificar alguns dados dos documentos de estágio dos alunos:

Por isso o técnico é fundamental, porque se não fosse o técnico eu não poderia dar aulas, eu teria que tirar meus encargos docentes do meu PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), porque eu não teria tempo para dar aulas. (PRESIDENTE DA COE DA FACED. Entrevista realizada em 07 de março de 2017).

Portanto, ela confirma que há uma sobrecarga para o deferimento da documentação de estágios em licenciatura para a COE FACED, a exceção do curso de Pedagogia à distância que possui uma comissão própria. Dessa forma, confirma a fala do Pró-reitor Adjunto, que enfatiza o que essa sobrecarga de trabalho que existe na COE da FACED impacta no trabalho da Coordenação de Estágios da Pró-reitoria de Graduação

Eu acho que um elemento que dificulta e que traga muito problemas para resolver aqui na Coordenação de Estágios é o fato de a gente

ter um encontro numa COE de diferentes cursos. Quando eu tenho um curso único... aquele curso, quem está ali, conhece todas as particularidades deles. Quando eu tenho uma COE que concentra 14 cursos, eu tenho uma pessoa que talvez não conheça as particularidades de todos os cursos... E as licenciaturas, nos últimos anos, passaram por diversas reformulações. Então, nós temos um curso que já implementou todas as mudanças antes da resolução nº02/2015, enquanto outros cursos que não tinham feito mudança nenhuma. E isso impacta no estágio... Então um conjunto de cursos sobre a mesma COE têm processos diferentes, temporalidades diferentes na organização de suas estruturas curriculares. (PRÓ-REITOR ADJUNTO DE GRADUAÇÃO. Entrevista realizada em 16 de março de 2017).

### **2.3 As dificuldades burocráticas quanto aos documentos de estágios obrigatórios em licenciatura**

A Coordenação de Estágios da PROGRAD é tida como um setor burocrático pela comunidade acadêmica da UFJF, reconhecendo a Burocracia apenas em seu sentido negativo. Tal afirmação se dá pela observação do cotidiano do setor.

Para entender um pouco desta noção de que o setor de Estágios da UFJF é burocrático, se faz necessária uma descrição do trâmite dos documentos até à chegada deste à Coordenação de Estágios da UFJF. Inicialmente, o aluno deve se certificar de que a concedente onde pretende realizar o estágio possui convênio vigente com a instituição de ensino, no caso a UFJF. Ao se certificar de que há convênio vigente o aluno deve providenciar um Plano de Atividades de Estágio (PAE), deferido pela Comissão Orientadora de Estágios de seu curso, assinado pelo professor da disciplina de estágio, que o acompanhará e avaliará durante as atividades, e também assinado por um supervisor de estágio na concedente, que deve ter formação na área do acadêmico estagiário, ou experiência comprovada na área de atuação do curso do discente. O que define esta questão é o Projeto Pedagógico de cada curso (PPC), previamente definido por um colegiado.

Somente após coletar todas essas assinaturas, o aluno poderá solicitar à concedente do estágio a confecção do Termo de Compromisso de Estágio (TCE), ou contrato de estágio. É necessário que o referido termo esteja em consonância com a legislação de estágios, bem como respeite o Regimento Acadêmico da UFJF e o Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do curso do aluno. Além disso, o Termo de Compromisso de Estágio, tal como se encontra hoje no sítio eletrônico da

Coordenação de Estágios da Pró-reitoria de Graduação deve ser todo preenchido de forma digitalizada, não podendo conter rasuras, a fim de assegurar a lisura do processo do estágio. Esse documento é analisado de acordo com as informações constantes no Sistema de Gestão Acadêmica. Os dados conferidos são CPF, data de nascimento e a matrícula do discente, a Razão Social da Concedente de Estágio, que deve estar de acordo com os dados do sítio eletrônico da Receita Federal, a vigência de estágio constante no documento do aluno, a carga horária exigida pela disciplina do estágio e as datas em que são cumpridas as atividades do estágio. Finalmente, faz-se a conferência da assinatura do representante da concedente, que deve estar legível, ou sob carimbo pessoal, além de ter que coincidir com o nome do representante relatado pelo aluno no preâmbulo do documento.

Com os dois documentos em mãos e devidamente assinados, o aluno os deve protocolar na Central de Atendimento (CAT) da UFJF, que funciona no prédio da reitoria, com antecedência mínima de 6 dias úteis à data de início das atividades de estágio, prazo solicitado pela Coordenação de Estágios para analisar e comunicar ao aluno via correspondência eletrônica, se seu documento precisa de ajustes ou foi homologado e está liberado para retirada na Central de Atendimento.

Karl Emil Maximilian Weber foi um sociólogo criador da Burocracia. Tal estrutura organizacional surgiu em contraposição ao sistema patrimonialista de administração que vigorava até meados de 1900. O patrimonialismo é caracterizado pela falta de distinção por parte dos líderes políticos entre o patrimônio público e o privado em um determinado governo de determinada sociedade.

Na dominação tradicional, a reverência ao soberano garante a legitimidade das regras instituídas por ele. Além disso, prevalece entre os subjugados a noção de que tal autonomia não é limitada por forças concorrentes, o que possibilita o exercício pessoal e arbitrário do poder. Essa configuração social particular tende a despertar relações de reciprocidade, que não se baseiam na lei e, sim, no costume. (OLIVEIRA, 2013, p. 19).

Conforme complementa o próprio Weber (1999):

[...] a este caso especial da estrutura de dominação patriarcal: o poder doméstico descentralizado mediante a cessão de terras e eventualmente de utensílios a filhos ou outros dependentes da comunidade doméstica, queremos chamar de dominação patrimonial. (WEBER, 1999, p. 238 apud OLIVEIRA, 2013, p. 19).

O contexto por volta da metade do século XX era de expansão industrial, organizações evoluindo, evolução do maquinário e Teorias de Administração surgindo. No entanto, com base nos estudos de Weber e suas referências ao Estado e à igreja, administradores da época perceberam que as empresas apesar de evoluírem, permaneciam sendo administradas de forma pessoal, baseadas em opiniões pessoais de empresários. Em outros termos, não havia definição dos objetivos para com os colaboradores. Por isso Weber percebeu que as instituições precisavam ser geridas de forma impessoal e racional. Para isso desenvolveu a Teoria da Burocracia. Para o referido autor, a Burocracia é o único modo de organizar eficientemente um grande número de pessoas, e, assim, expandir o crescimento econômico e político.

A burocracia, lógica gerencial que dá forma à dominação racional-legal, apoia-se em competências oficiais, ordenadas por leis ou regulamentos administrativos que são instituídos por autoridades ou organizações burocráticas. Observa-se, nesse contexto: uma distribuição de atividades e poderes que visa à execução regular e contínua de certos fins, uma hierarquia de cargos que ordena sistemas de mando e subordinação, registros sob a forma de documentos, o emprego pleno da força de trabalho dos funcionários de escritório em atividades antes consideradas acessórias e, por fim, a administração do corpo funcional segundo regras que podem ser transmitidas e, assim, colocadas sob controle de parte desse próprio grupo (OLIVEIRA, 2013, p. 20).

Portanto, Weber prega a normatização do funcionamento de uma instituição, a fim de favorecer a impessoalidade e com o intento de terminar com o clientelismo, ou patrimonialismo.

Ao longo dos anos, a Burocracia<sup>6</sup> foi sofrendo algumas consequências indesejadas, tais como: excesso de formalismo e papéis, resistência a mudanças e dificuldade no atendimento a clientes e conflitos com público. Portanto, “o risco da hegemonia burocrática sobre a dinâmica política seria a limitação desta à gestão rotineira. Assim, o controle político da burocracia deveria evitar a dominação burocrática da política” (OLIVEIRA, 2013, p. 22).

---

<sup>6</sup> É importante esclarecer que o modelo burocrático proposto por Weber é diferente do modelo burocrático de gestão, embora este último seja baseado no modelo proposto por Weber. Nossas análises nesta seção foram baseadas no modelo de gestão.

Ocorre, no entanto, que a administração pública é regida por cinco princípios fundamentais de acordo com o artigo 37º da Constituição de 1988, a saber: Princípio da Legalidade, que preza para que todos os atos da Administração tenham que estar em conformidade com os princípios legais. Este princípio observa não só as leis, mas também os regulamentos que contém as normas administrativas contidas em grande parte do texto Constitucional; Princípio da Impessoalidade, que prevê que a Administração só pode praticar atos impessoais se tais atos vão propiciar o bem comum (a coletividade). A explicação para a impessoalidade pode ser buscada no próprio texto Constitucional através de uma interpretação sistemática da mesma.

O Princípio da Moralidade é aquele que está diretamente relacionado com os próprios atos dos cidadãos comuns em seu convívio com a comunidade, ligando-se à moral e à ética administrativa, estando esta última sempre presente na vida do administrador público, sendo mais rigorosa que a ética comum; o Princípio da Publicidade, que é a divulgação oficial do ato da Administração para a ciência do público em geral, com efeito de iniciar a sua atuação externa, ou seja, de gerar efeitos jurídicos, além de garantir a transparência do serviço público.

Portanto, ao analisar estes quatro primeiro princípios básicos da administração pública, percebemos que todos se relacionam com teoria da Burocracia de Weber e, uma vez previstas na Constituição, devem ser obedecidas pelos gestores e servidores públicos. Não há, portanto, outra possibilidade para o funcionamento da Coordenação de estágios da UFJF neste momento, senão a Burocracia, ainda que estereotipada como uma forma morosa e ineficiente de gerir uma instituição, pois é ela que garante segurança jurídica para todas as partes envolvidas em uma relação de estágio: a instituição de ensino, o aluno e a instituição concedente.

É verdade que por meio da Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998 – EC nº 19/98 demonstra-se uma preocupação pela melhoria na qualidade dos serviços públicos, visando melhores resultados ao cidadão. Para isso, foi inserido o quinto princípio da fundamental da Administração Pública na Constituição da República, a saber, o Princípio da Eficiência.

O desafio do setor de estágios da Pró-reitoria de Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora, portanto, é conseguir associar todos os princípios fundamentais da administração pública ao princípio da eficiência.

Conforme afirma Peres (2013)

As relações entre trabalho e educação pressupõem o cumprimento de regras e normas por todos os agentes envolvidos na gestão dos estágios, e podem revelar se a formação profissional tem obtido êxito. As questões pedagógicas são tão importantes quanto as burocráticas e legais, até mesmo para proteção dos alunos contra abusos e manutenção de mão de obra barata, outrora acontecidos. (PERES, 2013, p. 50).

Indagada sobre os problemas que persistem na relação entre a PROGRAD e a Faculdade de Educação no âmbito dos estágios, a Presidente da COE da FACED diz que a referida Pró-reitoria não pode fazer nada além do que tem feito. No entanto, aponta problemas de outra natureza:

O problema ainda é burocracia, que são questões jurídicas, que estão fazendo o aumento do número de papéis, o aumento no número de questões a serem preenchidas... O departamento jurídico exige muito isso ainda... Para que estas questões sejam ultrapassadas, seria necessário que nós tivéssemos uma conversa lá (Procuradoria Geral da União, que atua na UFJF), mas eles não se abrem. É impossível, é inviável e já foi dito pelo departamento jurídico que não se pode fazer o Termo de Compromisso sem o Plano de Atividades, que seria para diminuir a burocracia. Então, eu acho que o que a PROGRAD já faz já é muito significativo e eu não vejo neste momento o que ela possa fazer além. (PRESIDENTE DA COE DA FACED, Entrevista realizada em 07 de março de 2017).

Conforme Qianwei (2010), a burocracia é

(...) um tema da gestão pública que não deve deixar de se abordar. Com a entrada na época industrial, em virtude das vantagens reveladas por Max Webber, tais como, a divisão do trabalho, a precisão, a eficiência e a gestão vertical, ela passou a ser a melhor modalidade organizativa para alcançar os alvos sócio-econômicos e a ser predominante, em face das outras modalidades organizativas. A burocracia constituiu, durante muito tempo, a base da organização da administração pública tradicional, geralmente conhecida. (QIANWEI, 2010, p. 1115).

Em síntese, relativamente à questão da burocracia, existem três posições típicas: a primeira posição é que reconhece a burocracia. A segunda consiste na sua revisão e reformulação do mesmo ponto de vista. E a terceira traduz-se no afastamento total da burocracia. Tal fenômeno é melhor explicado por Eisenstadt (1961) apud TRAMONTE & KANAANE (2016)

A primeira conserva, de modo relativamente integral, as características da burocracia que a distingue de organismos sociais: divisão do trabalho, precisão, eficiência e regulamentação impessoal.

Em suma, a burocracia representa uma alta racionalização. A segunda é a burocratização, ou seja, as acções dos organismos excedem na sua área de atuação, impondo os seus critérios a outros organismos ou grupos, e as suas funções, dilatando os seus poderes e prosseguindo, em certa medida, os seus interesses e outros interesses individualizados, sendo exemplo a imposição por unidades militares da sua regulamentação à vida do cidadão. A terceira é a desburocratização, isto é, a burocracia perde as suas características na interacção com outros organismos sociais que pretendem tomar conta das funções e acções a ela inerentes, com vista a prosseguir interesses e valores dos próprios, o que obriga os burocratas a actuar fora do seu âmbito de atribuições. (EISENSTADT, 1961, p.104 apud TRAMONTE & KANAANE, 2016 p. 344).

Diante deste impasse, Qianwei (2010) propõe um equilíbrio entre as três propostas

Talvez se possa afirmar que, em certo sentido, é a tensão intrínseca da burocracia que lhe dota a vida e que, noutro sentido, a burocratização, a desburocratização e o equilíbrio entre si, bem como o rotativismo que aparecem no decurso do funcionamento do sistema burocrático, são justamente a razão porque a burocracia subsiste e a reforma da administração pública continua (muito embora haja alterações quanto ao modo da reforma). (QIANWEI, 2010 p. 1127).

Portanto, o ideal seria que a burocracia, enquanto forma de administração ainda mais adequada a alguns setores do serviço público, por manter a segurança jurídica dos sujeitos envolvidos, fosse adaptada aos novos conceitos e anseios da sociedade, que passam por praticidade e agilidade. É necessário, pois, que o servidor público, cada vez mais, cumpra os princípios legais da eficiência. No entanto, não é plausível que tal princípio se sobreponha a outro, o da legalidade, por exemplo, que implica no mais importante deles, que é o princípio da moralidade.

Ao transpor todos estes princípios para o contexto da Coordenação de Estágios na UFJF, temos clareza de que a burocracia, ainda que vista de maneira estereotipada por grande parte da comunidade acadêmica como um modelo moroso e sem eficiência, é parte um modelo de administrativo necessário para que seja garantida a segurança jurídica e o funcionamento legal da administração dos estágios nestas circunstâncias de Universidade que vivemos hoje.

Quanto às reclamações sobre a falta de eficiência relatadas no início desta seção (que no caso da Coordenação de Estágios da PROGRAD são muitas vezes confundidas com a falta de agilidade) serão propostas, no próximo capítulo deste trabalho, alternativas para que este princípio seja atendido, a fim de satisfazer

discentes e outros membros da comunidade acadêmica que utilizam o serviço público, sem prejudicar outros princípios legais.

O Pró-reitor Adjunto de Graduação também aponta problemas relativos às questões jurídicas e burocráticas

Tanto na FACED, quanto nos outros cursos há um desconhecimento da legislação do estágio, de maneira geral. Claro que têm professores que conhecem a legislação muito bem. Mas conhecer, ou não conhecer a legislação impacta a tramitação de todo processo aqui na Coordenação de Estágios da Pró-reitoria de Graduação. Então eu vejo que as pessoas não conhecem a legislação e desconhecem, ou conhecem pouco a quantidade de burocracia que a legislação gera... Então, a minha visão é de que a gente precisa conhecer melhor o processo de organização do setor de estágio. (PRÓ-REITOR ADJUNTO DE GRADUAÇÃO. Entrevista realizada em 16 de março de 2017).

Neste sentido, o Pró-reitor faz um contraponto importante em relação ao período em que a Coordenação de Estágio da PROGRAD foi criada:

Da forma que foi implementada, na época em que foi implementada, toda a exigência de Termo de Compromisso, de Plano de Atividades, para compor o rol da documentação que regulamenta o estágio, ele foi muito verticalizado. No momento da implantação... eu não lembro se teve uma discussão como a gente está tentando travar hoje de ir nas Unidades, de propor um seminário, de convidar as COEs, para poder participar de uma conversa, de um treinamento em relação ao preenchimento, com relação às particularidades da documentação. Isso gera muitas dúvidas nos professores. (PRÓ-REITOR ADJUNTO DE GRADUAÇÃO. Entrevista realizada em 16 de março de 2017).

Brooke fala das dificuldades para realização de reformas em educação. Um dos motivos para essas dificuldades está relacionado ao método de implementação, como afirmam Berman e McLaughlin apud. Brooke (2012, p. 444):

O método de implementação do processo de mudança é muito mais importante para o sucesso do empreendimento do que a natureza da mudança desejada. Ou seja, por mais criativa ou educacionalmente correta que seja a reforma pretendida, ela será invalidada se a implantação seguir um método padronizado, de "engenharia social", que não leva em consideração a cultura da escola e os interesses das pessoas afetadas, e se não der o tempo que a escola precisa para incorporar as inovações esperadas. (BERMAN & MCLAUGHIN apud. BROOKE, 2012, p. 444).

É uma espécie de política “top/down”<sup>7</sup> relatada pelo Pró-reitor Adjunto, que criou problemas, a longo prazo, em relação aos documentos de estágio. As reformas “top/down” são impostas para a instituição de ensino e não são levadas em consideração as suas características próprias e de sua comunidade, principalmente dos professores. Para isso, ele dá uma sugestão:

Então, talvez, haja necessidade de ter uma formulação por parte da Coordenação de Estágios da FACED, em diálogo com a Coordenação de Estágios da PROGRAD de alimentar de informações e de elementos outros, para que esses professores que tenham dúvidas no preenchimento das documentações, para que eles possam se interar mais de como fazer isso. (PRÓ-REITOR ADJUNTO DE GRADUAÇÃO. Entrevista realizada em 16 de março de 2017).

Em relação à Comissão Orientadora de Estágio da Faculdade de Educação, um ponto que chama a atenção na fala da Presidente da referida COE é que a Coordenação de Estágios/PROGRAD, envolvida no dia a dia com as questões burocráticas, termina por não contemplar outras atividades que poderiam impulsionar um melhor cumprimento das rotinas de estágio pela FACED. Esta informação, embora diga respeito à questão pedagógica, é interessante, visto que no cotidiano de trabalho da Coordenação de Estágios, onde atuo profissionalmente, temos a mesma percepção. Ficamos muitas vezes comprometidos apenas com questões burocráticas e não fazemos outros trabalhos que seriam importantes para a graduação da UFJF.

Sobre reuniões com professores das disciplinas de estágio, a presidente da COE da FACED afirmou que realiza encontros periódicos, pelo menos duas vezes no semestre letivo, para discutir questões envolvendo a orientação dos alunos quanto ao preenchimento dos formulários de estágio e também discussão de questões pedagógicas.

As reuniões são bem movimentadas, os professores comparecem e eles têm muitas dúvidas e sugestões, que às vezes são viáveis, ou não... Tem a parte das reuniões em que a burocracia é discutida, perguntas são feitas, questões são colocadas... Então são problemas que vão surgindo durante essas reuniões, eu tenho um caderno em que vou anotando esses problemas, eu tenho ata

---

<sup>7</sup> Políticas “top/down” são aquelas implementadas considerando o menor número de elos e atores na cadeia de implementação. Ou seja, não convém, por exemplo, nesse tipo de política, um debate com a comunidade acerca de uma determinada ação, mas sim sua imposição, desconsiderando o ciclo de construção da política como um processo.

dessas reuniões e esses registros são importantes para nós, porque a gente retoma as questões que são discutidas em reuniões anteriores e pergunta se os problemas já foram superados... É assim que essas reuniões são feitas, são bem produtivas. (PRESIDENTE DA COE DA FACED. Entrevista realizada em 07 de março de 2017).

Essa é uma questão importante a ser esclarecida, visto que, mesmo com todos os problemas, a Comissão Orientadora de Estágios da Faculdade de Educação tem se comprometido a realizar reuniões com os professores das disciplinas de estágio obrigatório, a fim de sanar possíveis dúvidas dos professores a respeito da orientação dos alunos quanto ao preenchimento dos documentos de estágio.

Neste ponto, temos outro contraponto, proposto pelo sujeito da pesquisa PL2, responsável pela disciplina EDU196 no semestre 2016/1. Para o referido professor, algumas questões burocráticas que recaem sobre os professores da FACED quanto aos documentos de estágio não deveriam fazer parte das atribuições do professor. Tal discurso encontra eco na fala do Pró-reitor Adjunto de Graduação, em que ele se questiona quanto à responsabilidade do preenchimento dos documentos de estágio. Ele alega que, na opinião dele, talvez seja uma atribuição individual do aluno estagiário. No entanto, isso não desobriga, ou não deslegitima, a necessidade dos professores orientadores das disciplinas de estágio em conhecer as particularidades do preenchimento dos documentos de estágio.

Neste ponto, o sujeito da pesquisa PL2, responsável pela disciplina EDU196 no semestre 2016/1, descreveu o método de orientação que ele adotou e adota para orientação dos alunos sobre o preenchimento de documentos de estágio

Quando eu entrei na Universidade foram duas colegas (também professoras de disciplinas de estágio) que primeiro me orientaram como o estágio acontece. Então elas me falaram sobre os documentos. E aí, como elas já acompanhavam os estágios no curso de letras, elas haviam elaborado um documento simples falando sobre o passo a passo do fluxo dos documentos. E aí esse passo a passo me ajudou muito, eu fiz algumas pequenas adaptações, e aí no primeiro dia de aula eu entregava aquele documento e lia esse passo a passo. Além de ler esse passo a passo, com o acesso ao e-mail dos alunos que eu tenho pelo SIGA, eu também enviava a eles por e-mail todos os documentos que eles precisavam... Tudo eles recebiam em um e-mail único meu, em conjunto com esse passo a passo, que eu lia e sala de novo e discutia e tirava dúvidas e daí eles seguiam... Os meus principais problemas de estágio não são relacionados a documentos, eles são relacionados à estrutura do currículo de licenciatura... Em relação à documentação, os poucos

problemas que eu tinha era com o desconhecimento meu a alguns fluxos. Então, os alunos reclamavam quando eles entregavam uma documentação e essa documentação por algum motivo voltava... E aí quando esses documentos voltavam, eles já tinham a minha assinatura, a assinatura do supervisor da escola e da direção, então eles tinham que coletar todas essas assinaturas de novo. Isso me causava um incômodo, porque eu não percebia esses detalhes e aí o aluno tinha um retrabalho. (PROFESSOR RESPONSÁVEL PELA DISCIPLINA EDU196 EM 2016/1. Entrevista realizada em 16 de março de 2017).

Neste ponto, o entrevistado foi indagado sobre de que maneira a Coordenação de Estágios da PROGRAD poderia auxiliar neste processo, para que solucionasse os problemas relativos aos documentos de estágio de seus alunos. O professor foi claro ao dizer:

De 2016 para cá, eu observo muitas melhorias, uma das principais melhorias na minha leitura é esse encontro que o setor de estágios está fazendo com os alunos na primeira ou na segunda semana de aula, porque aí vem um funcionário, um técnico administrativo ligado à Pró-reitoria, para explicar aos alunos os procedimentos de documentação, a legislação, e assim por diante. (PROFESSOR RESPONSÁVEL PELA DISCIPLINA EDU196 EM 2016/1. Entrevista realizada em 16 de março de 2017).

Realmente, a partir do primeiro semestre de 2016, um dos servidores da Coordenação de Estágios vai até a Faculdade de Educação, a fim de explicar sobre o preenchimento dos documentos de estágio em licenciatura. Essa atitude, sem dúvida é importante nas relações entre unidade e Pró-reitoria. No entanto, é uma atitude pessoal, e não institucional. O servidor que vai a esses encontros representando a PROGRAD é o responsável pela análise de documentos de licenciatura, em uma divisão de demanda de trabalho que fizemos em consenso no setor, e ao observar o número elevado de pendências relativo às licenciaturas, ele tomou essa iniciativa, apoiado, à época, pela Coordenadora de Estágios da PROGRAD.

A iniciativa do Técnico Administrativo em Educação em visitar o Departamento de Educação também encontra eco no discurso da presidente da COE da Faculdade de Educação, que exalta o trabalho da PROGRAD em recentes palestras sobre o preenchimento dos documentos de Estágio e uma tentativa de reduzir o número de pendências nos documentos de estágio através de um novo modelo de formulário de documentação de estágios.

Um dos avanços que eu acho importante pontuar é a nossa relação com a PROGRAD. Tanto é pela alteração das pessoas que estão na PROGRAD que vem aqui nos procurar e a nós estamos fazendo um elo para minimizar os problemas decorrentes do preenchimento de documentos, quanto também pelo nosso esforço de força-tarefa de trazer os professores de estágio para as palestras para eles entenderem a importância do preenchimento dos documentos pelo estudante, que eles tenham como orientar os estudantes e também a própria PROGRAD tem se mostrado tão solícita que diz para os professores que tem dito aos professores 'se vocês tiverem dúvidas mandem os alunos para nós'. Nesse ponto nós estamos conseguindo melhorar um pouco índice de documentos que estão voltando, mas ainda estão voltando muitos e o desafio esse ano, ainda maior, é o formulário eletrônico. (PRESIDENTE DA COE DA FACED. Entrevista realizada em 07 de março de 2017).

A professora responsável pela disciplina EDU195 em 2016/1, quando perguntada a respeito de sua experiência à frente das disciplinas de estágio e as principais dificuldades na orientação dos alunos sobre o preenchimento dos documentos, explicou que também não possui muitos problemas em relação aos documentos de estágio

Eu tenho mandado e-mails... para que seja quase que obrigatória a presença no primeiro dia de aula... E aí no primeiro dia de aula eu tento explicar, mostro os documentos em data show, entrego as cópias e vou dando exemplo, então assim... Eu, na verdade, não tenho tido muitos problemas com a educação, não... Assim, eu acho que o nosso papel, tanto de orientar, de explicar os alunos e de filtrar e mediar um pouco (se referindo à relação com a PROGRAD)... Porque a gente sabe que a documentação é necessária, a documentação faz parte, é uma exigência legal... Então assim... não tenho tido muitos problemas. (PROFESSORA RESPONSÁVEL PELA DISCIPLINA EDU195 EM 2016/1. Entrevista realizada em 22 de março de 2017).

A professora, assim como a PCOE e PL1, também fala sobre a importância da ida do Técnico Administrativo em Educação da Coordenação de Estágios/PROGRAD no início de cada semestre à Faculdade de Educação, a fim de sanar possíveis dúvidas dos alunos em relação ao preenchimento de documentos e diz que isso tem ajudado os professores a sanar os problemas relativos aos processos de estágio.

Sobre a importância da COE da FACED estar trabalhando junto à Coordenação de Estágios da Pró-Reitoria de Graduação, a fim de reduzir o número de pendências a presidente da COE ainda afirma:

Eu acho fundamental, porque os processos que acontecem lá refletem aqui e vice-versa. Se a gente não integra o nosso trabalho, se a gente trabalha sem comunicação, nossos trabalhos vão ficar sempre emperrados. (PRESIDENTE DA COE DA FACED. Entrevista realizada em 07 de março de 2017).

O Professor Responsável pela disciplina EDU224 no semestre 2016/1 (PB1) chamou a atenção para a seguinte questão

Tem tido um esforço da faculdade de Educação em familiarizar tanto os professores, quanto os estudantes na orientação de estágio, e ao próprio processo de estágio. Tem tido também um esforço da Coordenação de Estágios da PROGRAD de tentar ao máximo deixar tudo mais claro possível em atender os alunos lá, mas também vindo aqui na FACED e a gente criando momentos em que isso pode ser explicado... Eu tenho percebido uma disponibilidade grande da PROGRAD, da Coordenação de Estágios, eu já estive lá conversando com a Coordenadora da Gestão anterior... E sempre fui muito bem recebido. As especificidades dos estágios no que diz respeito à documentação sempre são ouvidas... As Coordenadoras de Estágio aqui da FACED, o que elas sempre relatam é que a gente consegue dizer os problemas que a gente enfrenta, como isso poderia ser minimizado, elas levam isso para lá, e na medida do possível isso vai sendo administrado. A gente sabe que têm as limitações estruturais, organizacionais, mas enfim... O que eu sugiro é que essa relação continue, uma relação bastante próxima. (Coordenação de Estágios/PROGRAD). (PROFESSOR RESPONSÁVEL PELA DISCIPLINA EDU224 EM 2016/1. Entrevista realizada em 30 de março de 2017).

Ao finalizar a entrevista, o professor responsável pela disciplina EDU196 discorreu sobre o contraponto da questão dos estágios, que na sua visão incorre em questões acadêmicas, mas também administrativas:

O professor de estágio na licenciatura, ele trabalha com as disciplinas de estágio e trabalha com todas as outras disciplinas que ele é obrigado a dar conta... Então além dessas tarefas que já são comuns às disciplinas, eu considero inviável acompanhar o aluno naquela escola, o que seria o ideal. Então, essa falta de acompanhamento do aluno na escola deixa o estágio extremamente frágil. E aí eu acho que as licenciaturas poderiam aprender muito com os estágios na área de saúde, em que você tem a figura de um preceptor, que é um profissional diretamente ligado à Universidade, e tem um contato direto com o campo e participa de uma forma mais direta dos estágios. Então, meu maior incômodo é esse distanciamento entre a universidade e a escola, e o contato com a escola passa a ser somente através de assinaturas, de termos, de documentos, que a gente entende que são importantes, mas que infelizmente não dão conta de ensinar ao aluno uma prática

profissional melhor. Então, acaba sendo muitas vezes o cumprimento de um prazo, o cumprimento de uma norma, o cumprimento de uma carga horária. (PROFESSOR RESPONSÁVEL PELA DISCIPLINA EDU196 EM 2016/1. Entrevista realizada em 16 de março de 2017).

Apesar de ser uma fala muito voltada para o contexto acadêmico do estágio, o depoimento do professor vai muito ao encontro do que disse o Pró-reitor Adjunto sobre o desafio de fazer com que os alunos vejam o estágio para além de um cumprimento de burocrático, mas também enxerguem a Coordenação de Estágios como um lugar fundamental no processo de formação profissional e cidadã. A saber, ao discorrer sobre os desafios enfrentados na Pró-Reitoria em relação à Coordenação de Estágios da PROGRAD, o Pró-reitor fala sobre o desafio de expandir a percepção dos discentes em relação aos estágios, tendo em vista sua formação profissional e cidadã

Por isso eu acho importante o trabalho da Coordenação de Estágios de ampliar a política de aproximação com as coordenações de curso, com os estudantes, talvez criar uma maneira de aproximação da Coordenação de Estágios com todos os cursos, com, talvez, um seminário falando sobre a importância do estágio, oficinas, ou workshops... Não sei, já falei sobre vídeos, sobre tutoriais... Alguns instrumentos que possam favorecer esse maior diálogo, que eu acho que é um desafio, além da informatização, da sensibilização, a ampliação do diálogo, para que eles (alunos) não vejam o setor de estágios apenas como um cumprimento de burocracia, mas enxerguem o setor de estágios como um lugar fundamental no processo de formação profissional, formação cidadã, que é um objetivo grande que a Universidade persegue: associar essas formações para o mundo do trabalho, mas também para o exercício da cidadania, para o funcionamento mais ampliado da sociedade, e que o setor de estágios favorece isso, que é o lugar exatamente que viabiliza a saída do nosso estudante do universo acadêmico indo em direção à formação no campo prático da sua área. (PRÓ-REITOR ADJUNTO DE GRADUAÇÃO. Entrevista realizada em 16 de março de 2017).

## 2.4 Processo de informatização dos formulários de estágio: um objetivo institucional

Atualmente, as atividades desenvolvidas no setor de estágios da Universidade Federal de Juiz de Fora são dependentes de informação e, conseqüentemente, conhecimentos tecnológicos. Neste sentido, ações que visem esses fenômenos, tais como o desenvolvimento de Tecnologia da Informação, são fundamentais para acompanhar a demanda de trabalho crescente no setor mencionado.

O desenvolvimento da Ciência da Informação no Brasil vem se desenvolvendo, de acordo com Valentim (2004) acompanhando

A evolução da sociedade, também, é fator determinante para a consolidação da área de Ciência da Informação, porquanto modificou os valores em relação ao acesso, organização, mediação e uso da informação e do conhecimento nos diferentes segmentos que a compõe. A informação e o conhecimento passam a ser valorados de tal forma, que justificam o investimento em pesquisas que apresentem metodologias aplicadas aos fenômenos informacionais, visando amenizar toda a problemática existente na denominada Sociedade da Informação. (VALENTIM, 2004, p. 03).

Neste contexto, o Pró-reitor Adjunto de Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora foi indagado pelo pesquisador sobre a possibilidade de ferramentas que poderiam auxiliar a gestão dos estágios obrigatórios em licenciatura na instituição. O Pró-reitor foi enfático ao afirmar:

Nós herdamos um mapeamento de processos e que agora há uma intenção e há um desejo e uma cobrança pelo processo de informatização. Eu acho que essa estrutura que nós temos de tudo ser impresso e preenchido aleatoriamente, não informatizado, ela precariza o trabalho, ela gera sobretrabalho. Mesmo que a pessoa saiba o que ele tem que colocar ali (documentação de estágio), ela tem muitas dúvidas no preenchimento, tanto do Plano de Atividades, quanto do Termo de Compromisso de Estágios... Então eu acho que a informatização ela já... A possibilidade de ela estar no SIGA... Eu acho que ela diminuiria e muito, por exemplo, o trabalho de conferência de documentação, tanto por parte das COEs, quanto por parte do trabalho da Coordenação de Estágios. (PRÓ-REITOR ADJUNTO DE GRADUAÇÃO. Entrevista realizada em 16 de março de 2017).

No ano de 2015, o escritório de processos da UFJF traçou o objetivo de digitalizar todos os trâmites administrativos da UFJF, e tomou a Coordenação de

Estágios como seu projeto piloto, levando ao Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional (CGCO) a demanda de informatizar as operações administrativas do setor. Existe, portanto, um projeto que visa à informatização do preenchimento de documentos de estágio em andamento no CGCO, setor da universidade responsável pela utilização de recursos avançados da Tecnologia da Informação em prol da segurança, automatização, racionalização e agilização dos processos de gestão universitária, “suas práticas envolvem pesquisa, análise, modelagem, desenvolvimento e gestão de serviços de TI” (UFJF, 2017). No entanto, embora o projeto esteja em curso, encontra-se, neste momento, sem previsão de data para conclusão. A única alteração que tivemos até o momento foi a migração dos dados do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica 1 (SIGA 1) para o Sistema Integrado de Gestão Acadêmica 3 (SIGA 3), que possui ferramentas mais incrementadas para análise dos documentos de estágio, mas nada que facilite o preenchimento dos documentos por parte dos discentes.

O processo de informatização dos documentos de estágio também aparece no depoimento do Pró-reitor Adjunto quando ele fala sobre os desafios enfrentados na Pró-Reitoria em relação à Coordenação de Estágios da PROGRAD “Eu acho que o primeiro desafio é a informatização, é o que a gente mais está perseguindo.” (PRÓ-REITOR ADJUNTO DE GRADUAÇÃO)

Valentim (2004) se debruça sobre este fenômeno que ela própria denomina de “gestão da informação e a gestão do conhecimento” que impacta, diretamente, a realidade do ambiente organizacional em que estou inserido em minha prática profissional atual

Compreende-se gestão da informação em ambientes organizacionais como um conjunto de atividades que visa: obter um diagnóstico das necessidades informacionais; mapear os fluxos formais de informação nos vários setores da organização; prospectar, coletar, filtrar, monitorar, disseminar informações de diferentes naturezas; e elaborar serviços e produtos informacionais, objetivando apoiar o desenvolvimento das atividades/tarefas cotidianas e o processo decisório nesses ambientes. (VALENTIM, 2004, p.1).

Essa busca por elementos tecnológicos, visando à otimização do trabalho com os estágios também aparece na fala da Presidente da COE da FACED. Indagada sobre os principais desafios à frente da COE da FACED, a Presidente da COE da FACED afirma que é “mediar às questões burocráticas junto à PROGRAD e

tentar fazer funcionar os formulários eletrônicos”. (PRESIDENTE DA COE DA FACED, Entrevista realizada em 07 de março de 2017)

Tal discurso também encontra eco na fala do PB1

Em relação à documentação eu acho que têm algumas coisas que nós já até pensamos aqui e discutimos entre nós e a PROGRAD até está ciente disso também... A gente deu algumas sugestões, por exemplo, transformar essa documentação em papel em uma documentação on-line. (PROFESSOR RESPONSÁVEL PELA DISCIPLINA EDU224 NO SEMESTRE 2016/1. Entrevista realizada em 30 de março de 2017).

De fato, a tecnologia da informação tende a ser a saída mais adequada para o trâmite dos documentos de estágio na Universidade Federal de Juiz de Fora. Ela poderia corrigir uma das disfunções da burocracia, exposta no capítulo 1 deste trabalho, que é o acúmulo de papel. Além disso, facilitaria o trabalho dos professores das disciplinas de estágio obrigatório em licenciatura, visto que o formulário, via SIGA, não poderia ser impresso, caso o aluno errasse um dos dados ao preencher seu Termo de Compromisso de Estágio (TCE), ou seu Plano de Atividades de Estágios (PAE), documentos essenciais para se iniciar um estágio de acordo com a legislação e as normas internas da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Além disso, a informatização poderia reduzir a quantidade de pendências na Coordenação de Estágios, visto que há uma expectativa de que este número seja reduzido drasticamente.

Essa nova lógica informacional, no caso deste trabalho analisando uma organização, pode ser colocada à prova ao se analisar o artigo As Lógicas da Empresa Informacional, de Norbert Alter. Nele, o autor analisa as causas do aparecimento de novo tipo de entidade, a empresa informacional, conceituada como

De ora em diante, a soma do trabalho coletivamente necessário para a realização de um produto traduz-se sobretudo pelo intenso consumo e elaboração intermediária das informações. O tempo de trabalho especificamente "produtivo" torna-se marginal. A pressão sobre a empresa provém agora de tratamento dos sinais, códigos e símbolos, nos domínios técnico, administrativo, comercial, ou social. Convém aceitar o conceito de uma nova espécie de empresas que se caracterizam por forte agregação de valor adicional na produção de bens ou serviços, decorrente de intenso consumo de informação. (ALTER, 1992, p.01).

Portanto, surgem alguns pontos a se tratar a partir deste trecho. O mais importante deles diz respeito às estruturas de trabalho, que de acordo com o autor devem se tornar adaptativas e transitórias. Ou seja, a Tecnologia da Informação exige uma busca constante por aprimoramento e, por conseguinte, se ergue neste cenário um contexto de mudanças frequentes nas rotinas de trabalho. Outro ponto que chama a atenção é o próprio nome, empresas informacionais, termo cunhado por Alter (1992) para caracterizar um tipo de organização que elege a tecnologia da informação como o paradigma das mudanças sociais que reestruturaram o modo de produção e que de acordo com o mesmo autor levam as organizações a investir em Tecnologia da Informação, tanto quanto em suas capacidades de produção.

Seus investimentos têm como principal objetivo e efeito produzir e controlar a inovação. A inevitável gestão da incerteza que acompanha esta última leva a empresa a privilegiar a agilidade mercadológica, nas suas capacidades de resposta e antecipação, em detrimento da exclusiva capacidade de produção. Os investimentos intangíveis são sobretudo informacionais. (ALTER, 1992, p. 69-70).

Finalmente, diante de tudo o que foi exposto, a informatização do preenchimento dos documentos de estágio se apresenta como o anseio mais desejado, porém mais desafiador na fala dos sujeitos de pesquisa entrevistados neste trabalho.

Neste capítulo 2, foi feita uma análise do problema descrito no capítulo 1 através de entrevistas realizadas com os sujeitos de pesquisa que nos propomos a ouvir. Tais sujeitos indicaram, além das maiores dificuldades e desafios relativos aos estágios obrigatórios em licenciaturas na UFJF, alguns possíveis caminhos por onde podemos começar a pensar em experiências, a fim de melhorar a gestão dos estágios, visando atender a uma demanda da comunidade acadêmica.

No Capítulo 3, será proposto um Plano de Ação Educacional, baseado em tudo o que foi coletado até o momento no trabalho, considerando, sobretudo, os depoimentos dos sujeitos de pesquisa no capítulo 2.

### 3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

No primeiro capítulo deste trabalho foi descrito o funcionamento da Coordenação de Estágios/PROGRAD, levando em consideração a legislação que regulamenta os estágios no Brasil, lei 11.788/08, bem como foi apresentado um problema de gestão, que consiste em um número alto de pendências na Coordenação de Estágios da Pró-reitoria de Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora referentes aos estágios obrigatórios em Licenciatura. Neste capítulo também foi levantada a hipótese de que havia uma centralização dos documentos de estágio na Comissão Orientadora de Estágios da Faculdade de Educação.

Tal hipótese foi posteriormente refutada no capítulo 2 pelo Pró-reitor Adjunto de Graduação da UFJF, no entanto, ao analisar o quadro atualmente apresentado na referida COE, parte dos sujeitos corroboraram que há uma carga muito grande de trabalho para uma Comissão constituída por quatro (4) pessoas, responsáveis por organizar as atividades de estágio de 14 cursos de licenciatura na UFJF, bem como analisar e deferir, ou não, os Planos de Atividades de Estágio de todos os alunos de Licenciatura da Universidade Federal de Juiz de Fora.

No capítulo 2, após a realização das entrevistas e observação dos contextos dos setores investigados, também foram colocadas questões pontuais a respeito da gestão de estágios na UFJF, a saber: a grande quantidade de pendências nos documentos de estágio; a dificuldade em lidar com a burocracia que envolve as relações de estágio na instituição; e por fim, o anseio de digitalizar os processos de estágio na universidade.

Além disso, foram consideradas algumas potencialidades em relação à questão dos estágios na UFJF, principalmente em relação aos seminários ministrados por um servidor Técnico Administrativo da Coordenação de Estágios da PROGRAD no início de cada semestre letivo na Faculdade de Educação. Tais seminários começaram a acontecer a partir do primeiro semestre letivo de 2016, quando foi feito um estudo por parte do mesmo servidor, a fim de mapear as principais pendências no ato de preenchimento de documentos de estágio por parte dos alunos.

Nesse contexto, o pesquisador do presente trabalho investigou como é funcionamento dos estágios obrigatórios em licenciatura com foco em três cursos:

Ciências Biológicas, Letras e Matemática, como representantes das três grandes áreas de conhecimento Exatas, Humanas e Saúde.

Por fim, neste capítulo 3, apresentaremos sugestões de ações institucionais que podem reduzir o número de pendências nos documentos de estágios obrigatórios em Licenciatura, visando à melhoria dos serviços prestados a toda comunidade acadêmica que, por ventura, se envolvem nos processos de estágio. Para ilustrar tais sugestões, apresentaremos a seguir o Quadro 2, como uma síntese dos principais problemas encontrados durante a pesquisa, com propostas para saná-los.

**Quadro 2 – Problemas e propostas**

Pontos a serem discutidos	Situação-problema	Proposta
01 – Burocracia nos processos documentais de estágio.	Tanto os estudantes, quanto os professores, têm muitas dificuldades no preenchimento dos documentos de estágio.	- Realizar workshop para orientar os estudantes e professores da FACED em relação ao preenchimento dos documentos de estágio; - Fazer um vídeo-tutorial sobre o preenchimento dos documentos de estágio e postá-lo no sítio eletrônico da Coordenação de Estágios/PROGRAD
02 – Solicitação de mais um servidor para a Coordenação de Estágio/PROGRAD.	Trabalho do setor restrito à análise de documentos de estágio.	Solicitar à PROGEPE mais um TAE, para que o trabalho da Coordenação de Estágios seja dividido e, conseqüentemente, não se restrinja à análise de documentos, mas também à implementação de políticas que visem visitar os departamentos divulgando a necessidade e o correto preenchimento dos documentos de estágio.
03 – Informatização dos Formulários de Estágio.	Alto índice de pendências nos documentos de estágio.	Trabalhar em conjunto com o CGCO, a fim de terminar a informatização do preenchimento dos documentos de estágio via SIGA.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Apresentaremos nos quadros 3, 4, 5 e 6 propostas as quais serão detalhadas e justificadas ao longo desse capítulo. Esses quadros foram baseados no modelo

5W2H. Essa ferramenta de gestão, na verdade, consiste em uma lista de atividades específicas que devem ser desenvolvidas com o máximo de clareza e eficiência por todos os envolvidos em um projeto. Essa sequência de caracteres corresponde, na verdade, às iniciais (em inglês) das sete diretrizes que, quando bem estabelecidas, eliminam quaisquer dúvidas que possam aparecer ao longo de um processo ou de uma atividade. São elas: 5 W: What (o que será feito?) – Why (por que será feito?) – Where (onde será feito?) – When (quando?) – Who (por quem será feito?) 2H: How (como será feito?) – How much (quanto vai custar?).

De acordo com Behr *et al.* (2008) essa ferramenta de gestão “Consiste em uma maneira de estruturarmos o pensamento de uma forma bem organizada e materializada antes de implantarmos alguma solução no negócio.” (BEHR *et al.*, 2008, p. 39).

Neste contexto, o plano de ação que será apresentado tem como objetivo a redução de pendências dos documentos de estágio oriundos do Departamento de Educação, relativos aos cursos de Licenciatura da Universidade Federal de Juiz de Fora. O Plano de Ação também servirá para impulsionar políticas na UFJF para informatização dos processos, sobretudo os de estágio e, conseqüentemente, reduzir ao máximo as pendências relativas a esses formulários.

A primeira ação seria a realização de workshops na Faculdade de Educação orientando docentes e discentes sobre o preenchimento de formulários de estágio, convocando o máximo de alunos e professores para a participação nesses eventos. A escolha do workshop, enquanto gênero textual, e não um seminário se justifica na fala do Pró-Reitor Adjunto de Educação

Por isso eu acho importante o trabalho da Coordenação de Estágios de ampliar a política de aproximação com as coordenações de curso, com os estudantes, talvez criar uma maneira de aproximação da Coordenação de Estágios com todos os cursos, com, talvez, um seminário falando sobre a importância do estágio, oficinas, ou workshops. Porque quando a gente fala em seminário fica uma coisa ainda muito acadêmica, né? E a gente tem uma juventude da nossa graduação que está acostumada com coisas mais dinâmicas, mais rápidas, muito visuais. (PRÓ-REITOR ADJUNTO DE GRADUAÇÃO. Entrevista realizada em 16 de março de 2017).

Portanto, o workshop, neste contexto, teria uma função até didática para o nosso plano de ação, visto que se trata de um gênero textual próximo ao seminário,

mas de curta duração, em que técnicas, habilidades, saberes são transmitidos de maneira mais palatável para o público alvo, no caso os estudantes de graduação.

Nesta mesma linha, a proposta de um vídeo-tutorial sobre o preenchimento dos documentos de estágio para postar no sítio eletrônico da Coordenação de Estágios/PROGRAD, a fim de servir de instrumento de consulta para os alunos no momento em que irão preencher os documentos de estágio também serve como um gênero textual adequado à realidade dos alunos, que se utilizam muito de mídias digitais. Este seria um instrumento para aproximar o trabalho de conferência de documentos da Coordenação de Estágio com o trabalho de preenchimento dos documentos por parte dos alunos. Para que essa ação tenha êxito é fundamental o trabalho da Coordenação de Estágios da PROGRAD com a Diretoria de Imagem Institucional da UFJF, que é responsável pelos serviços de assessoria de imprensa, projetos, eventos e cerimonial da universidade. O trabalho junto a este setor viabilizaria a realização deste tutorial, visto que são profissionais da área de comunicação que transformam as informações que temos de passar aos alunos em algo mais palpável para o referido público alvo, com uma linguagem menos técnica, baseada apenas em leis e disposições burocráticas a respeito dos estágios.

A segunda ação diz respeito à solicitação de mais um Técnico Administrativo em Educação para a Coordenação de Estágios/PROGRAD, para que um dos outros técnicos possa se dedicar, exclusivamente, à articulação de assuntos que visem à promoção e melhoria de serviços prestados pelo setor à comunidade acadêmica, de modo que as atribuições do setor não sejam restritas apenas à análise de documentos de estágio, mas também a políticas que visem tornar os processos de estágio mais palpáveis para os alunos, professores e presidentes das Comissões Orientadoras de Estágio na UFJF.

Essa ação teria que ser amadurecida na Coordenação de Estágios e apresentada à Pró-Reitoria de Graduação, para que em um trabalho em conjunto com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. A vinda um novo servidor seria solicitado para o setor, a fim de possibilitar a idealização e posterior realização de workshops, seminários, enfim, todos os trabalhos que não se reduzam apenas à análise e deferimento, ou não, de documentos de estágio. O que acontece hoje na Coordenação de Estágios da Pró-reitoria de Graduação é que se tem uma demanda muito grande de análise de documentos, o que inviabiliza o setor de promover ações do tipo descritas acima. Há a exceção do servidor que tem trabalhado nos últimos

três semestres letivos com os documentos de Licenciatura, especificamente, e se propõe a ministrar um seminário no início de cada semestre para os alunos no Anfiteatro da Faculdade de Educação. No entanto, como foi dito no capítulo 2 deste trabalho, essa é uma iniciativa individual. O desafio do setor, junto à Pró-reitoria, é institucionalizar essas ações, para que haja uma garantia de que elas acontecerão todos os semestres, independente de que esteja à frente da análise dos documentos de licenciatura.

Por fim, a última ação diz respeito ao processo de informatização dos formulários de estágio. Conforme já dissemos anteriormente neste trabalho, há um processo em curso no CGCO para a informatização destes documentos. Sem dúvida essa política traria muitos benefícios para todas as partes envolvidas nos processos de estágio e já está perto de se tornar uma realidade. Portanto, cabe à Coordenação de Estágios/ PROGRAD trabalhar de forma ainda mais intensa junto ao Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional, afim de que o referido processo seja concluído da maneira mais célere possível.

Dentre as principais mudanças entre os formulários eletrônicos e os atuais está o preenchimento e verificação de dados via SIGA, ou seja, se o aluno escrever uma informação incorreta no formulário eletrônico, o próprio sistema irá avisá-lo, de modo que ele não conseguirá imprimir o arquivo se estiver constando a referida informação no documento, seja ela no que diz respeito aos seus dados, tais como CPF e data de nascimento, aos dados da concedente, e até informações que calculam carga horária diária e semanal de estágio. Os formulários eletrônicos também poderão garantir maior lisura e transparência aos processos de estágio.

### **3.1 Workshop e vídeo-tutorial sobre o preenchimento dos formulários de estágio**

Ao considerar a análise dos depoimentos dos sujeitos de pesquisa no item 2.3 deste trabalho, reconhecemos que permanecem muitas dúvidas sobre o preenchimento dos documentos de estágio por parte dos alunos e de alguns discentes. Além disso, foi apontado como ponto positivo os seminários realizados por um Técnico Administrativo em Educação no início de cada semestre letivo na Faculdade de Educação, intentando, justamente, diminuir o número de pendências nos documentos de estágio que chegam à Coordenação de Estágios/PROGRAD.

O Quadro 3, que segue, contempla a primeira proposta do nosso Plano de Intervenção que visa a continuação da realização de workshops na Faculdade de Educação orientando docentes e discentes sobre o preenchimento de formulários de estágio, porém de maneira institucionalizada.

**Quadro 3 - Primeira proposta de intervenção**

O que (What)	Por que (Why)	Onde (Where)	Quando (When)	Quem (Who)	Como (How)	Quanto custa (How much)
Realizar workshops orientando docentes e discentes do Departamento de Educação sobre o preenchimento de documentos de estágio.	Diminuir o número de pendências dos documentos de estágio oriundos do Departamento de Educação.	Anfiteatro da Faculdade de Educação	No início de cada semestre letivo.	Um servidor TAE da Coordenação de Estágios da PROGRAD e Presidente da COE da FACED.	Explicação didática, em forma de vídeos e data-show, sobre como deve ser o preenchimento dos documentos de estágio.	Custos de divulgação e material de trabalho (a calcular)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Propomos a organização e a realização de um workshop para orientar docentes e discentes sobre como deve ser o preenchimento dos documentos de estágio, considerando desde questões mais gerais, envolvendo a legislação, até questões mais específicas, que dizem respeito apenas ao curso do estudante, como carga horária da disciplina de Estágio. A realização desse workshop também poderia servir para divulgar como é feito o trabalho na Coordenação de Estágios da PROGRAD, no que diz respeito à análise de documentos, sempre balizadas na Lei 11.788/08 e nas regras existentes dentro da própria instituição, que normatizam os processos de estágio.

A Coordenação de estágios ficaria com responsabilidade de organizar o workshop, visto que é um dos principais setores administrativos da universidade responsável por fornecer informações a respeito do preenchimento de documentos de estágio, bem como é o principal setor interessado nesta relação.

Seria importante que a Pró-reitoria de Graduação apoiasse a Coordenação de Estágios neste evento, divulgando-o à presidência da COE da FACED, bem como

aos professores das disciplinas de Estágios Obrigatórios da Licenciatura antecipadamente, através do envio de e-mails.

Propomos que o workshop se divida em três partes: a primeira seria destinada à apresentação sucinta da Lei 11.788/2008, do Capítulo VII do RAG, intitulado “Dos Estágios”, juntamente às Resoluções nº 115/2014/CONGRAD e nº 01/2011/FACED. A segunda parte seria destinada à apresentação dos formulários de estágio, bem como uma orientação concisa de como preenchê-los corretamente conforme eles são hoje e constam no Anexo B deste trabalho. Na terceira parte, se abriria espaço para perguntas e dúvidas que eventualmente poderiam persistir após a apresentação.

O Seminário poderá ser realizado no próprio Departamento de Educação, que possui um anfiteatro, em que poderá ser montada uma estrutura tecnológica, como equipamento de som e projetores, suficientes para dar condições de realização de tal evento. Desta forma, como já há equipamentos disponíveis e recurso humano para a realização do workshop, o custo não será elevado, somente gastos com energia elétrica. Além disso, a parte de divulgação poderá ficar a cargo da Diretoria de Imagem Institucional, por meio de publicação no portal da UFJF, bem como confecção de pelo menos 14 cartazes, um para cada curso de graduação, a serem afixados no quadro de avisos das salas de aula da Faculdade de Educação onde são ministradas as disciplinas de estágio obrigatório. O custo desses cartazes também não será muito elevado, apenas gastos com impressora e papéis em formato A3, o ideal para a melhor visualização dos discentes.

Nesta mesma linha, apresentamos no quadro 4 abaixo a proposta de se fazer um tutorial, via Youtube, que poderia ser postado permanentemente na página eletrônica da Coordenação de Estágios da PROGRAD.

**Quadro 4 - Segunda proposta de intervenção**

O que (What)	Por que (Why)	Onde (Where)	Quando (When)	Quem (Who)	Como (How)	Qto custa (Howmuch)
Postar um vídeo-tutorial no sítio eletrônico da Coordenação de	Diminuir o número de pendências dos documentos de estágio oriundos do Departame	Sítio eletrônico da Coordenação de Estágios.	Permanente.	Coordenação de Estágios e diretoria de Imagem Institucional.	Orientação, de forma didática e concisa, o passo a passo dos	Custos de material de trabalho (a calcular)

Estágios orientando, passo a passo, o preenchimento dos formulários.	nto de Educação.				formulários de estágio.	
--	------------------	--	--	--	-------------------------	--

Fonte: Elaborado pelo autor.

Propomos a confecção de um vídeo-tutorial, que seria postado no sítio eletrônico da Coordenação de Estágios via Youtube. O referido tutorial também teria como objetivo principal orientar docentes e discentes sobre como deve ser o preenchimento dos documentos de estágio, passo a passo, inserindo de maneira bastante geral as questões envolvendo a Lei 11.788/08, tais como o limite de carga horária diária e semanal, e as regras existentes dentro da própria instituição, que normatizam os processos de estágio.

A realização deste vídeo-tutorial deveria ficar a cargo da Diretoria de Imagem Institucional, através de uma solicitação da Coordenação de Estágios da PROGRAD, visto que possuem profissionais de comunicação capazes de editar o vídeo, de modo que as informações sejam passadas de maneira leve e utilizando uma linguagem mais próxima dos alunos.

A gravação do vídeo poderá ser feita utilizando câmeras do patrimônio da UFJF, bem como a inserção recursos, tais como data-show, também do patrimônio da UFJF, a fim de focar o formulário, como ele é hoje, e mostrar os principais campos onde os alunos devem concentrar suas atenções para não errar no preenchimento dos documentos de estágio.

O custo será baixo, visto que se utilizarão materiais eletrônicos do patrimônio da Universidade, conforme dito no parágrafo anterior. A postagem via Youtube depende apenas da abertura de uma conta no referido sítio eletrônico, o que não tem custo.

Entendemos que este é um recurso complementar ao workshop anteriormente proposto. Por ser permanente em nossa página eletrônica, os alunos que por algum motivo não comparecerem ao workshop, poderão ter acesso ao vídeo depois, bem como os que ainda tiverem dúvidas e, por ventura, esquecerem de alguma informação, poderão consultar o referido vídeo-tutorial, posteriormente.

### 3.2 Solicitação de mais um servidor para a Coordenação de Estágio/PROGRAD

Em virtude de tudo que propusemos no subtítulo anterior, faz-se necessária a solicitação da Coordenação de Estágios da PROGRAD de mais um Servidor Técnico Administrativo em Educação à Pró-reitoria de Gestão de Pessoas, para que um dos técnicos administrativos da Coordenação de Estágios tenha atribuições voltadas somente às orientações de alunos relativas ao preenchimento de documentos de estágio, bem como a divulgação do trabalho do setor junto à comunidade acadêmica, bem com o trabalho conjunto com outros setores da Universidade. Também poderia ser atribuição deste servidor elaborar, organizar e apresentar os workshops que propusemos no item 3.1. Tal servidor não teria a atribuição de análise de documentos. Por isso, seria essencial a vinda de mais um servidor técnico administrativo para o setor, a fim de desempenhar o papel da análise de documentos, a fim de atender a demanda do setor, que segundo o Pró-Reitor Adjunto de Graduação, atinge mais de 10.000 documentos ao ano. Durante o período de setembro/2014 a março de 2016, houve a homologação de 10.023 documentos de estágio de acordo com a seguinte distribuição:

**Tabela 2 - Número de homologações de documentos de estágio entre os períodos de 2014/1 e 2015/3**

<b>Semestre letivo</b>	<b>Estágios obrigatórios</b>	<b>Estágios não obrigatórios</b>	<b>TOTAL</b>
Semestre 2014.3	2389	369	<b>2758</b>
Semestre 2015.1	2237	404	<b>2641</b>
Semestre 2015.3	3250	1374	<b>4624</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7876</b>	<b>2147</b>	<b>10.023</b>

Fonte: Pedro (2016).

O Quadro 5, que segue, contempla a terceira proposta do nosso Plano de Intervenção, que visa uma melhor divisão de trabalho dentro do setor administrativo da Coordenação de Estágios/PROGRAD.

**Quadro 5 - Terceira proposta de intervenção**

O que (What)	Por que (Why)	Onde (Where)	Quando (When)	Quem (Who)	Como (How)	Qto custa (How much)
Solicitar mais 1 servidor	Reservar as	Coordenação de	A partir	PROGRAD/PR OGEPE	Através de	A calcular dentro da

Técnico Administrativo em Educação para trabalhar na Coordenação de Estágios/PROGRAD.	atribuições de 1 técnico Administrativo em Educação à divulgação de trabalho do setor.	Estágios/PROGRAD.	do semestre letivo 2017/3		solicitação da PROGRAD à PROGEPE de mais um servidor TAE.	disponibilidade de recursos repassados pelo Governo Federal.
---	--	-------------------	---------------------------	--	---	--

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Coordenação de Estágios, a fim de tornar sustentável a realização de ações que foram citadas ao longo dos capítulos 2 e 3 deste trabalho, bem como desenvolver novas ações, visando divulgar seu trabalho junto à comunidade acadêmica, poderia solicitar à Pró-reitoria de Graduação que entrasse em negociação com a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas com o objetivo de levar mais um funcionário Técnico Administrativo em educação para o setor. Conforme já dissemos, seria importante para o setor que alguém ficasse a frente deste trabalho de divulgação, a fim de minimizar o número de pendências nas documentações de estágio.

Outro ponto que chama a atenção é que o número de documentos homologados do semestre 2015/1, que praticamente dobrou no semestre seguinte, 2015/3, o que justifica ainda mais uma política que vise minimizar o número de pendências nos documentos que chegam ao setor, com o objetivo de eliminar ao máximo o “re-trabalho”. Outro ponto é que os números indicam a necessidade de mais mão de obra, a fim de que a demanda de trabalho continue sendo bem dividida e, conseqüentemente, bem desenvolvida.

O preço desta terceira proposta depende dos recursos repassados pelo governo, bem como a solicitação por parte da PROGRAD deste servidor junto à PROGEPE. É necessário que se negocie esta solicitação com base na justificativa de que esta ação poderia otimizar no trabalho do setor.

### 3.3 Informatização dos formulários de estágio

Conforme foi dito no capítulo 2 pelo Pró-reitor Adjunto de Graduação, a informatização dos formulários de estágio na Universidade Federal de Juiz de Fora é o principal desafio a ser finalizado durante sua gestão. Também percebemos uma

grande expectativa por parte da Presidente da Comissão Orientadora de estágios da FACED e dos professores das disciplinas de Estágio Obrigatório da Faculdade de Educação em relação a essa informatização. Tal expectativa também é compartilhada pelos servidores Coordenação de Estágios. No entanto, essa tarefa de informatização cabe muito mais ao CGCO do que à própria Coordenação de Estágios da PROGRAD, visto que a primeira unidade citada é que possui as ferramentas de inteligência, tecnologias e atribuições no que diz respeito à implementação, de forma mais intensa, de ferramentas da Tecnologia da Informação na UFJF. No entanto, cabe à PROGRAD se empenhar ao máximo para fornecer informações ao CGCO, a fim de que este projeto seja concluído o mais breve possível.

O quadro 6 que segue, contempla a quarta proposta do nosso Plano de Intervenção, que visa à informatização dos formulários de estágio na UFJF e, conseqüentemente, à redução drástica de pendências e “re-trabalho” para a Coordenação de Estágios/PROGRAD.

**Quadro 6 - Quarta proposta de intervenção**

O que (What)	Por que (Why)	Onde (Where)	Quando (When)	Quem (Who)	Como (How)	Qto custa (Howmuch)
Informatização dos formulários de estágio da UFJF.	Reduzir, drasticamente, o número de pendências nos documentos de estágio que chegam para análise da Coordenação de Estágios/PROGRAD.	Coordenação de Estágios/PROGRAD.	Indefinido.	PROGRAD/CGCO.	Através do trabalho conjunto entre os setores envolvidos, a saber: PROGRAD e CGCO.	A calcular dentro da disponibilidade de recursos repassados pelo Governo Federal.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A informatização dos documentos de estágio será um legado para a Coordenação de Estágios, de modo a revolucionar o modo como o trabalho é feito, atualmente, no referido setor.

Tal informatização já passou do status de possibilidade para o de realidade, ou seja, está sendo desenvolvida há, aproximadamente, dois anos. No entanto, o Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional não estabeleceu um prazo para a conclusão desse processo, alegando que sua demanda é muito grande para atender toda a comunidade acadêmica.

Os custos também variam de acordo com os softwares utilizados neste processo. E como ele ainda está em andamento, não podemos calcular um valor fechado. No entanto, as despesas da Universidade Federal de Juiz de Fora com pessoal não existirá, visto que possui uma equipe técnica qualificada para trabalhar nos softwares e, por conseguinte, concluir esse projeto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, é importante dizer que algumas dificuldades foram encontradas ao longo da confecção do trabalho, tais como entender os limites de atuação do pesquisador frente ao problema apontado, a fim de propor um Plano de Ação Educacional. Outra dificuldade foi apurar os dados relacionados às principais pendências presentes nos formulários de estágio dos alunos das Licenciaturas na UFJF. Para isso, recorreu-se ao estudo de um dos funcionários da Coordenação de Estágios da Pró-reitoria de Graduação, dando à pesquisa um recorte temporal definido como o primeiro semestre letivo do ano de 2016, de acordo com o calendário acadêmico da UFJF.

Além disso, a opção por uma metodologia exclusivamente qualitativa a ser seguida foi uma limitação do trabalho. Cabe-nos reconhecer que, embora os discursos dos sujeitos de pesquisa tenham sido de suma importância para a análise dos temas propostos na dissertação, e para propor ideias para o Plano de Ação, faltou o discurso dos estudantes das licenciaturas, parte importante da comunidade acadêmica envolvida nas ações relacionadas aos estágios.

Dito isso, em relação à dissertação, pode-se destacar que ao longo do primeiro capítulo deste trabalho foi abordada, de maneira forte, a questão centralização das atividades de estágios obrigatórios em licenciatura, relativas às questões documentais, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Tal hipótese foi refutada quando a pesquisa foi levada a campo, ao coletar depoimentos de sujeitos da pesquisa envolvidos nesse processo de estágios curriculares em licenciatura. No entanto, mesmo não havendo consenso sobre uma centralização no Departamento de Educação, no que diz respeito aos documentos de estágio, ficou evidente uma limitação quanto ao número de pessoas responsáveis pela Comissão Orientadora de Estágios da Faculdade de Educação, o que gera uma sobrecarga de trabalho para os integrantes da referida comissão.

Outro ponto a ser destacado diz respeito à burocracia, termo citado em quase todas as entrevistas realizadas no capítulo 2 da pesquisa. Acreditamos que essa questão burocrática, embora pareça desgastante e morosa para grande parte da comunidade acadêmica, trata-se de uma identidade da instituição, instalada ao longo dos anos, com o objetivo de resguardar os princípios básicos da Administração Pública. Ou seja, é o modo como a Instituição UFJF encontrou para estar em

consonância com os princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Portanto, cabe-nos como objetivo criar mecanismos que visem amenizar as disfunções da burocracia dentro da instituição, tais como a morosidade nos processos, o acúmulo de papel e a despersonalização na relação com o público, porém sem afetar, ou prejudicar os devidos processos legais relativos aos estágios.

Para isso, é fundamental neste momento incentivar e atuar no processo de informatização dos formulários de estágio via Sistema Integrado de Gestão Acadêmica. Esse também parece ser o principal anseio dos sujeitos que participaram da pesquisa e, que de alguma forma, se envolvem nas relações de estágios obrigatórios em licenciatura. Além disso, incentivar, aprimorar e institucionalizar ações que já vem sendo realizadas na Faculdade de Educação, objetivando a promoção do trabalho realizado pela Coordenação de Estágios da Pró-reitoria de Graduação da UFJF junto à comunidade acadêmica, apontam um caminho para reduzir o número de pendências nos documentos de estágios obrigatórios em licenciatura na Universidade Federal de Juiz de Fora.

## REFERÊNCIAS

ALTER, Norbert. Colaboração Internacional. As lógicas da empresa informacional. **Revista de Administração de Empresas**. Jan JMar. 1992.

AMARAL, Marcelo Gonçalves; RANGEL, Luis Alberto Duncan; SACRAMENTO, Josiane Aparecida da Silva. **A Descentralização de Atividades como Ferramenta para Melhorias no Processo Administrativo-Financeiro da Universidade Federal Fluminense - Campus Aterrado**. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/19422201.pdf>> Acesso em: 25 jun. 2017.

ANDRÉ, Marli Dalmazo Afonso. O Estudo de Caso: Seu potencial na Educação. **Cad. Pesq.** (49): 51-54, maio 1984.

BEHR, Ariel; MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. Gestão da biblioteca escolar: metodologias, enfoques e aplicação de ferramentas de gestão e serviços de biblioteca. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 37, n. 2, p. 32-42, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v37n2/a03v37n2>>. Acesso em: 08 jul 2016.

BITTENCOURT. Otávio Joarez de Abreu. **Relatório – estágios – licenciaturas – 2016/1**. 67 p. 2016.

BRASIL. Lei 11.788, de 25 de Setembro de 2008\_. **Dispõe sobre o estágio de estudantes**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm)>. Acesso em: 25 ago 2016.

\_\_\_\_\_. Lei 6.494 de 07 de dezembro de 1977. **Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1977/6494.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

BROOKE, Nigel. **Marcos históricos na reforma da educação**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

FILHO, Carvalho; SANTOS, José. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, Ed. Lumen Juris, 3ª ed., 1999.

DINIZ, Júlio Emílio Pereira. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. Belo Horizonte, **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 68, p.109-125. Dezembro/1999.

\_\_\_\_\_. **Formação de Professores: pesquisa, representações e poder**. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2000.

ESTÁCIO, Marcos André Ferreira. Um estudo dos Cursos de Formação de Professores: ontem e hoje. In: VIII Semana Universitária da UECE, 2003, Fortaleza. **Anais...** VIII Semana Universitária da UECE, 2003.

FELÍCIO, Helena Maria dos Santos; OLIVEIRA, Ronaldo Alexandre. A formação prática de professores no estágio curricular. **Educar Curitiba**, n. 32, p. 215-232, 2008. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n32/n32a15.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2012.

GATTI, Bernardete Angelina. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 17 set. 2016.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa *Versus* Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? Brasília: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210.

MARTINS, Maria Cezira Fantini Nogueira e BÓGUS, Cláudia Maria. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. São Paulo: **Revista Saúde e Sociedade**, nº 13, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902004000300006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000300006)>. Acesso em: 02 nov. 2016.

MEIRELLES, Helly Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo, Ed. Malheiros, 1997, 22ª Ed., pg. 297.

MOREIRA. Plínio Cavalcanti. 3+1 e suas (In) Variantes (Reflexões sobre as possibilidades de uma nova estrutura curricular na Licenciatura em Matemática). **Bolema**, Rio Claro (SP), v. 26, n. 44, p. 1137-1150, dez. 2012

OLIVEIRA. Virgílio César da Silva. O modelo patrimonial de administração pública. In: **Administração Pública Contemporânea: política, democracia e gestão – Juiz de Fora** : Ed. UFJF, 2013. 246 p.

PEDRO, Vilma Lúcia. **O estágio supervisionado no currículo do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora: um meio para a interrelação teoria-prática e para a integração com as escolas de Educação Básica**. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. 153 p. 2013.

\_\_\_\_\_. Vilma Lúcia. **Relatório de Atividades Coordenação de Estágios/PROGRAD**. 46p. 2016.

PERES, Warleson. **O ideal e o real nos estágios curriculares supervisionados na UFJF**. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2013. 131 p.

QIANWEI, Zhu. Burocratização, desburocratização e equilíbrio entre elas: uma interpretação sobre as reformas da administração pública no Ocidente. **Administração** n.º 90, vol. XXIII, 2010-4.º, 1115-1127.

SILVA, Elaine Leite Araújo. **Estágio não obrigatório nos cursos de graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora: Perspectivas e Desafios**. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. P. 85. 2016.

TRAMONTE, Angela Teresa Freneda da Silva e KANAANE, Roberto. **A percepção gestora da burocracia em Escolas de Ensino Técnico**. XI WORKSHOP DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DO CENTRO PAULA SOUZA. p. 341 a 351. 2016. Disponível em: <[http://www.cps.sp.gov.br/pos-graduacao/workshop-de-pos-graduacao-e-pesquisa/011-workshop-2016/workshop/trabalhos/educacao/GESTAO\\_AVALIACAO/Apercepcao\\_gestora\\_tecnico.pdf](http://www.cps.sp.gov.br/pos-graduacao/workshop-de-pos-graduacao-e-pesquisa/011-workshop-2016/workshop/trabalhos/educacao/GESTAO_AVALIACAO/Apercepcao_gestora_tecnico.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2017.

UFJF/CONGRAD. **RESOLUÇÃO Nº 115/2014**. Juiz de Fora, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/deptoeducacao/files/2008/07/Reestruturação-Curricular-Pedagogia.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

\_\_\_\_\_/FACED. **Resolução n.º 001/2011/FACED**. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/faculdadedeeducacao/files/2011/03/RESOLU%C3%87%C3%83O.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2016b.

VALENTIM. Marta Ligia Pomim. **Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento em ambientes Organizacionais: conceitos e compreensões**. Londrina: Infohome, 2004. 3p. Disponível em: <[http://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=88](http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=88)>. Acesso em: 24 maio 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## APÊNDICE A

### **Roteiro de entrevistas com os sujeitos de pesquisa envolvidos nos estágios em licenciatura da UFJF.**

#### **Roteiro de entrevista com os sujeitos institucionais envolvidos nos estágios em licenciatura da UFJF.**

##### **Pró-reitor adjunto de graduação**

- 1) Durante este tempo em que o senhor está à frente da pró-reitoria adjunta de graduação como tem sido a percepção sobre o trâmite burocrático dos documentos de estágios em licenciatura?
- 2) Como o Sr. entende o papel da Coordenação de Estágios da PROGRAD no que toca os trâmites burocráticos dos estágios obrigatórios em Licenciatura?
- 3) Como o Sr. percebe a participação da Presidência da COE da FACED, bem como a dos professores das disciplinas de estágios obrigatórios dos cursos de licenciatura no que diz respeito ao preenchimento dos documentos de estágios?
- 4) O senhor conhece ferramentas dentro da própria universidade que poderiam auxiliar tanto a FACED, quanto a Coordenação de Estágios/PROGRAD a reduzir as pendências no preenchimento dos documentos de estágio obrigatório em licenciatura por parte dos alunos? Se sim, como poderiam ser utilizadas? Se não, há algum trabalho sendo realizado neste sentido?
- 5) Quais são os principais desafios enfrentados na Pró-Reitoria em relação à Coordenação de Estágios da ROGRAD?

##### **Presidente COE da FACED**

- 1) Há quanto tempo a Sra. Trabalha à frente da COE da FACED e como tem sido essa experiência?
- 2) Como é constituída a COE dos Cursos de licenciatura da universidade?

- 3) Qual é, em sua opinião, a importância da COE na relação com a Coordenação de Estágios no que diz respeito ao preenchimento de documentos de estágios obrigatórios em Licenciatura por parte dos alunos?
- 4) Qual é a demanda, em relação ao número de alunos, que cursam estágios obrigatórios nos cursos de licenciatura?
- 5) Como acontece o acompanhamento das atividades do estágio obrigatório em licenciatura pela COE?
- 6) Existem momentos específicos, que reúnam COE e Professores de disciplinas de estágios para orientação e/ou informação para o aluno sobre o preenchimento dos documentos dos estágios obrigatórios?
- 7) Na sua experiência à frente COE, a Sra. poderia falar sobre os principais desafios enfrentados na sua gestão como Presidente?
- 8) Qual é a relação da COE com a Coordenação de Estágios / PROGRAD?
- 9) Quais são os atores responsáveis por auxiliar os alunos no preenchimento da documentação de estágios obrigatórios na FACED?
- 10) A COE recebe alguma instrução sobre como deve ser o preenchimento dos documentos de estágios obrigatórios em Licenciatura? Se sim, de quem recebe? Se não, de quem seria essa responsabilidade?
- 11) De que maneira a PROGRAD, bem como a Coordenação de Estágios da referida pró-reitoria poderia auxiliar a COE da FACED no que diz respeito aos trâmites burocráticos dos documentos de Estágios Obrigatórios em Licenciatura?

### **Professores das disciplinas de estágios obrigatórios em licenciatura**

- 1) Há quanto tempo o(a) Sr(a) trabalha com a disciplina de estágio obrigatório? Como tem sido essa experiência?
- 2) Qual a principal dificuldade em relação ao preenchimento da documentação de estágio dos alunos que cursam disciplinas obrigatórias de estágios em Licenciatura?
- 3) Qual é, em sua opinião, a importância da COE na orientação dos alunos e professores envolvidos em estágios obrigatórios em licenciatura no que diz respeito ao trâmite dos documentos dos estagiários?
- 4) Existem reuniões da COE com os professores de estágio obrigatórios para discussões e ou informações sobre os estágios?

- 5) O(a) Sr.(a) poderia falar sobre os principais desafios enfrentados em relação aos trâmites burocráticos dos documentos de estágios obrigatórios em licenciatura?
- 6) Existem momentos específicos de diálogo com a Coordenação de Estágios da PROGRAD sobre o trâmite dos documentos de estágio? Se sim, como eles se dão? Se não, qual a dificuldade para que haja essa interação?



## ANEXO B

Termo de Compromisso de Estágio – modelo UFJF



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

### TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO NÃO REMUNERADO

**Preencher, carimbar e assinar TRÊS VIAS de igual teor**

1º via: discente; 2º via: Instituição concedente; 3º via: Coordenação de Estágios da PROGRAD

**Todas as informações deste documento devem ser DIGITADAS**

O(A) ..... (Indicar a razão social da concedente do estágio), representado(a) pelo(a) ..... (Indicar o nome do responsável pela concedente do estágio), doravante denominado(a) **CONCEDENTE** e o(a) acadêmico(a) ..... **(Indicar o nome do aluno que realizará o estágio)**, aluno(a) regularmente matriculado(a) no curso de ..... **(Indicar o curso do aluno)**, matrícula nº ..... **(Indicar o nº de matrícula do aluno na UFJF)** na Universidade Federal de Juiz de Fora, CPF nº **000.000.000-00**, nascido(a) em **dia/mês/ano**, doravante denominado(a) **ESTAGIÁRIO**, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.788 de 25/09/2008, firmam, com a interveniência da UFJF, o presente termo que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**PRIMEIRA:** Este Termo de Compromisso de Estágio tem por finalidade proporcionar experiência prática, formação e aperfeiçoamento técnico-profissional ao **ESTAGIÁRIO**.

**SEGUNDA:** A **CONCEDENTE** obriga-se a conceder ao estudante todas as condições e facilidades para um adequado aproveitamento do estágio, designando supervisor para acompanhá-lo e cumprindo e fazendo cumprir o Plano de Atividades do Estágio previamente elaborado pelo professor da disciplina de estágio ou sob sua supervisão e aprovado pela Comissão Orientadora de Estágio (COE), em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares.

**TERCEIRA:** O **ESTAGIÁRIO** obriga-se a cumprir as normas internas da **CONCEDENTE**, principalmente, as relativas ao estágio, as quais declara expressamente conhecer, e a elas aderir, bem como a cumprir fielmente a programação do estágio, comunicando, em tempo hábil, a impossibilidade de fazê-lo.

**QUARTA:** O **ESTAGIÁRIO** responderá por perdas e danos consequentes da inobservância das normas internas ou das cláusulas do presente Termo de Compromisso.

QUINTA: As atividades de estágio serão exercidas de ...../...../20.....a...../...../20.....

SEXTA: O estágio poderá ser rescindido a qualquer momento por iniciativa de uma das partes envolvidas, bastando, para tanto, um comunicado, por escrito, de uma parte à outra, com 30 (trinta) dias de antecedência, assim como a elaboração do Termo de Rescisão, o qual deverá ser assinado por todos os envolvidos na celebração do Termo de Compromisso.

SÉTIMA: A carga horária do estágio, objeto do presente Termo de Compromisso será de ...(Indicar o nº de horas semanais do estágio)horas/semana.

OITAVA: O estágio será desenvolvido de ..... a ..... (Indicar o(s) dia(s) da semana em que será realizado o estágio), no horário de ..... h às .....h. (A soma destes horários deverá estar de acordo com as horas semanais indicadas na Cláusula Sétima)

NONA: O **ESTAGIÁRIO** declara concordar com as normas internas da **CONCEDENTE** quanto ao acompanhamento de seu estágio, assim como sujeitar-se aos processos específicos de avaliação e acompanhamento do(s) departamento(s) responsável.

DÉCIMA: O **ESTAGIÁRIO** obriga-se a elaborar um relatório de suas atividades de acordo com o planejamento previsto no Plano de Atividades do Estágio, em prazo não superior a seis meses de duração do estágio.

DÉCIMA PRIMEIRA: O **ESTAGIÁRIO** não terá para qualquer efeito, vínculos empregatícios com a **CONCEDENTE**.

DÉCIMA SEGUNDA: O **ESTAGIÁRIO** que, durante o período de estágio desistir do curso, trancar matrícula ou concluí-lo, terá o Termo de Compromisso automaticamente cancelado.

DÉCIMA TERCEIRA: A **Universidade Federal de Juiz de Fora** fará, para o **ESTAGIÁRIO** Seguro de Acidentes Pessoais que tenham como causa direta o desempenho das atividades de estágio.

DÉCIMA QUARTA: Fica estabelecido o Foro da Justiça Federal de Juiz de Fora - MG, para resolver quaisquer casos pendentes que provenham de reclamação de uma das partes deste Termo de Compromisso.

Juiz de Fora, ..... de .....de 20.....

---

Estagiário  
(Assinatura por extenso)

---

Concedente  
(Assinatura sob carimbo pessoal ou por extenso)

---

Universidade Federal de Juiz de Fora - MG